



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 1ª
(PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Dando início aos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Expediente lido vai à publicação.

A Mensagem do Governador, que é muito extensa, será lida posteriormente.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui, no início dos nossos trabalhos, me colocar na qualidade de Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores neste ano legislativo. Quero agradecer o apoio do Deputado Chico Vigilante e do Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Ricardo Vale, que fizeram conosco essa discussão no dia de ontem. Portanto, no transcorrer deste ano, estaremos com esta responsabilidade.

Aproveito esta oportunidade para saudar cada um dos colegas Deputados que retornaram à Casa. Retornaram com o dever e a responsabilidade de enfrentar todo este cenário que estamos vivenciando no País e na nossa cidade. Entendo que temos um quadro extremamente delicado e difícil, principalmente aquele cenário em que um pai de família chega à casa sem ter o que levar de comer a seus filhos e sua esposa. Portanto, é esse debate que precisamos priorizar na nossa cidade, o debate de que precisamos fortalecer as políticas públicas, porque elas têm um papel extremamente relevante.

Hoje este cenário que está se colocando para nós, que se impõe na educação e na saúde é um cenário de extrema responsabilidade. São dois setores cruciais na nossa cidade.

O cenário da saúde até entendo ser mais grave. Há uma ameaça da chegada das organizações sociais. Todos sabem da nossa posição crítica em relação às organizações sociais – organizações que não têm nada de social, são organizações que se baseiam, sobretudo, no sistema da lucratividade como forma de servir à população. Esse é um debate que nós queremos fazer aqui com esta Casa.

Na educação, temos um cenário um pouco mais tranquilo em função de os gestores que estão lá serem essencialmente servidores de carreira. Temos uma pauta que está em debate no interior do governo, apresentada inclusive na última semana, que é a questão dos aposentados, acompanhando a direção do Sindicato dos Professores, sob a coordenação do Secretário Igor. Tivemos uma grande reunião na semana passada, quando pontuamos o item 9, que trata do pagamento em pecúnias, aos professores e servidores da educação aposentados, dos direitos de licenças que não foram gozadas. Portanto, a essa pauta deveremos ter um retorno nesta semana.

O governo garantiu que não está no acordo das negociações com o Sindicato dos Professores. O governo disse que apenas fez um empenho até o mês de julho, deixando os professores que se aposentaram no período dos meses de agosto e setembro à mercê, à deriva, sem nenhuma orientação, o que cairá naturalmente em exercício findo se não houver uma discussão de fato concreta e relevante.

Eu gostaria, ainda, colegas Deputados, de pontuar com os colegas essa questão recente do Tribunal de Justiça, que anulou a licitação realizada no sistema de transporte. Eu sempre aprendi na minha militância política que decisões judiciais se respeitam. Sobre decisões judiciais cabe a nós nos debruçarmos e aprender o seu conteúdo, mas também apresentar as nossas inquietações. Qual é a essência da decisão? O juiz anula a licitação e diz que o governo terá 180 dias, Deputado Chico Leite, após transitada em julgado uma questão que não tem perspectiva de data, num sistema extremamente complexo, numa licitação que envolveu recursos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

grande envergadura na cidade. O mais relevante nesse processo foi ter sido rompido... (Falha na gravação.) O grande ganho do processo licitatório foi o rompimento com a cartelização.

Naturalmente, se há problemas no processo da licitação, nós devemos aprofundar a questão. Inclusive, esta Casa tem uma resposta a oferecer à sociedade. Eu sou, hoje, um dos mais interessados em ter essa resposta da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela foi prorrogada e, no dia de ontem, se não me engano, houve reunião. Espero que os colegas que compõem essa comissão, principalmente o Presidente e o Relator, possam fazer uma reunião com os Deputados e pontuar, de fato, algumas coisas. Creio que, em torno de oito meses de estudo, foi identificado um conjunto de problemas.

Por isso, eu quero aqui me colocar nessa perspectiva de entender a complexidade desse processo de licitação. Mas agora é extremamente urgente que a Comissão Parlamentar de Inquérito ofereça uma resposta à sociedade, como também que a própria Justiça esclareça melhor o que são os 180 dias após transitado em julgado. Após cinco anos? Após dez anos? Quando é que isso vai ocorrer? Nós queremos uma resposta a essa questão hoje crucial em nossa cidade, que não pode ficar à mercê de um quadro de incerteza. São investimentos de grande magnitude que não podem se dar em um quadro de absoluta insegurança para a cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Meus cumprimentos a todos os nossos colegas, assessores, amigos, a todos que aqui estão. Desejo a todos um 2016 com muita paz, com muita felicidade nesse ano, nesse novo exercício. Para nós é extremamente importante que haja harmonia, já que tivemos um 2015 muito difícil, do ponto de vista político, do ponto de vista da violência, do ponto de vista da saúde e da educação. Então nós torcemos por que tenhamos um ano melhor.

Esta Casa teve um papel fundamental. Eu acho que nós temos de ter orgulho, porque esta Casa, Deputado Chico Leite, acabou sendo um ponto de encontro dos servidores públicos, da iniciativa privada, do setor produtivo. Ou seja, parece que encontramos o equilíbrio de forças. Então esta Casa está de parabéns. Eu acho que os Parlamentares, os seus assessores, graças a Deus, conseguiram trazer a credibilidade de volta. Isso é muito importante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Brevemente, eu quero chamar atenção para algo que tem nos afligido muito, que é a questão da violência. Ela nos aflige mais uma vez, Deputado Ricardo Vale – a quem eu cumprimento, meu amigo de viagem –, pelo que aconteceu no Guará, onde um pai de família foi morto em frente a uma escola, enquanto levava os seus filhos para lá. Ou seja, quando deveria ter tranquilidade, na porta de uma escola, os seus filhos, entre outros alunos, viram o pai ter a sua vida ceifada.

É uma coisa que começou, infelizmente, a fazer parte do nosso cotidiano. Isso é muito grave. Brasília começou a ser um dos palcos de maior violência do Brasil, e parece que nós não estamos atentando para isso. Parece que o Governo do Distrito Federal ainda não viu que o problema é muito grave, porque violência é uma coisa que tem que ser combatida.

E não existe fórmula mágica, não. No dia 18 de fevereiro, Deputada Telma Rufino, eu me aposento como policial, após 28 anos na segurança pública. Não há fórmula mágica. Violência se combate com policiais na rua. É necessário que haja homens na rua. Deputado Chico Vigilante, V.Exa., que sempre foi um homem defensor da segurança pública, sabe que não existe fórmula mágica. O Deputado Cláudio Abrantes, que é policial e que tem lutado bastante para a contratação dos novos policiais, sabe bem disso: não há fórmula mágica. Enquanto o governo quer contratar a conta-gotas, o sangue da população é derramado, como foi derramado hoje o de um pai de família.

É isso que está acontecendo. Como se já não bastasse a impunidade para os menores – opa, tem que ter cuidado para falar, porque sobre menor não se pode falar –, as crianças, as pobres crianças – que podem votar, que podem casar, que podem ter filhos – podem matar, mas não podem ir para a cadeia.

Paralelamente a tudo isso, nós temos um governo que está sendo omissivo. Tem que contratar, sim, para a saúde. Está investindo, mas tem que investir muito mais. Tem que contratar professores, porque é na educação que se investe. O dia em que tivermos uma educação decente, não vamos ter violência; mas, enquanto não tivermos uma educação decente, temos de investir na segurança. E não temos segurança. A nossa segurança faliu. A nossa saúde faliu, e a nossa segurança foi junto.

Hoje um pai de família não pode sequer levar seus filhos à escola. Não há segurança nem para ele nem para os seus filhos. E os professores, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que têm morrido dentro das escolas? V.Exa. viu um aluno morrer dentro de uma escola. Agora o Deputado Rodrigo Delmasso viu, nos fundos da casa dele, um pai de família morrer na frente de uma escola. Isso faz parte do nosso cotidiano. Na Capital da República, na Capital da sexta economia do mundo.

Nós falimos, nós fizemos errado na segurança...

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Eu notei que V.Exa. estava com as veias já quase chegando à mesa.

Isso que V.Exa. está colocando – e que nós tivemos oportunidade até de discutir no Colégio de Líderes – é algo para o qual, por mais que eu procure, não encontro a palavra adequada. Deputado Prof. Israel, é apavorante o que está acontecendo no Distrito Federal. Não é apenas o fato, é a sensação que estamos tendo.

Eu recebi um telefonema, por volta de 13h30min, de uma colega que trabalhou comigo no Ministério da Educação por mais de trinta anos. É alguém que se notabilizou por ser a pessoa mais calma do mundo. E ela me ligou. Na hora em que eu atendi, eu só falei alô. Ela passou cinco minutos falando, e começou dizendo o seguinte: “Eu estou aqui morrendo, pedindo pelo amor de Deus para esse País ser governado por militares, porque eu não aguento mais ver a incompetência do Executivo e do Legislativo neste País”.

Claro que nós entendemos o exagero e debitamos isso na questão do calor do fato, mas esse sentimento de indignação, de estupefação, de perplexidade, está tomando conta das pessoas.

A morte desse pai de família aconteceu hoje, ao meio dia. Parece que ele tinha acabado de tirar um carro da concessionária, foi para a frente de uma escola, o Rogacionista, no Guará, para buscar seu filho, e ali foi vitimado. Realmente não existem palavras.

Eu, dentro dessa linha na qual sempre trabalhamos, queria propor, aproveitando que temos vários Secretários de Estado aqui, que levem ao Governador uma proposta. Não sei qual é a solução, Deputado Wellington Luiz, mas garanto que a solução passa por se mexer! Não dá para ficar parado, tem que haver uma resposta! Eu pensei imediatamente em se decretar emergência na segurança pública do Distrito Federal; não a emergência que se decretou na saúde, que foi uma droga, vamos falar a verdade!

A situação da saúde é tão caótica quanto a da segurança, mas acho que não se trata de um ato isolado. A morte desse pai de família não é um ato isolado, é uma coisa constante que está acontecendo no Distrito Federal. E aqui, o nosso papel, independentemente de ser base aliada ou não, é exteriorizar o sentimento que está tomando conta da sociedade do Distrito Federal. As pessoas estão se sentindo extremamente inseguras. E o pior: elas têm razão! Num bloco de carnaval aqui no Eixo Monumental, semana passada, uma pessoa foi vitimada. No Eixo Monumental, no centro da cidade! Agora, na porta de uma escola, num bairro como o Guará, a pessoa foi vitimada! Não sei qual é a solução, mas sei que o que não se pode é ficar parado, não pode não haver resposta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Se me permite, Deputado, sugiro que o Governador Rodrigo Rollemberg chame todo o seu *staff* da área da segurança para uma reunião ainda hoje, mesmo que seja à meia-noite, à 1h da manhã. Quem não quiser trabalhar, não precisa compor o governo, não precisa assumir cargo! Agora, dê um prazo de três, quatro dias, para a pessoa apresentar uma solução. Tem que ser apresentada, não dá para ficar no discurso acadêmico, não dá para ficar discutindo. Eles têm que passar do discurso à prática! E nós temos aí se avizinhandos um momento que é propício também a crimes, o carnaval, pois as pessoas, às vezes, tomam um pouco de bebida. Acho que o governo precisa anunciar e implementar imediatamente algumas medidas na área da segurança.

Então, Deputado Wellington, agradeço-lhe muito a paciência e a generosidade de ter me concedido esse aparte. Fica aqui a minha sugestão, alinhavando e avalizando tudo o que foi colocado por V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington, primeiro quero parabenizar V.Exa. pelo discurso.

Hoje, como morador do Guará, estou de luto. Estou de luto pela morte desse pai que estava ali buscando seus filhos, segundo algumas reportagens veiculadas, principalmente nos *sites*, na porta de uma escola particular no Guará. Essa escola não é escondida, fica de frente para a pista. Para quem não conhece o Guará, essa escola fica próxima às vias mais movimentadas do Guará, a Avenida Contorno.

Digo, com o sentimento de um morador do Guará, que os moradores do Guará estão em pânico, porque essa não é a primeira ação criminosas que tira a vida de uma pessoa naquela região. Os índices de criminalidade no Guará têm crescido absurdamente! Ao conversar com o comandante do 4º Batalhão, tenente-coronel André, ele me fez um apelo: "Deputado, não adianta. Eu tenho 25, 30 policiais aqui para fazer a ronda do Guará e da Estrutural. Como eu vou fazer a segurança ou pelo menos gerar uma sensação de segurança nos moradores do Guará e da Estrutural?"

E eu me faço uma pergunta: até quando nós vamos – e digo nós porque fazemos parte do Poder Legislativo, temos responsabilidade com esta cidade – ficar parados, inertes, atônitos, ou somente olhando e dizendo: "vamos implantar um programa de paz".

Há um vídeo que foi publicado hoje, Deputado Wellington Luiz, em alguns *sites*, que mostrou o momento em que o pai foi alvejado. Ele estava descendo do carro. Segundo o vídeo, os dois menores se aproximaram, dois tiros e ele caiu já morto, sem ter o que fazer. Na hora da saída das crianças, alguns pais viram. Aí eu me faço uma pergunta: que tipo de certeza hoje uma mãe vai ter quando o pai vai levar o filho na escola? Faço isso todos os dias de manhã. Todos os dias de manhã,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

pego minha filha e a levo à escola, no Guará I, onde ela estuda. Qual é a segurança que nós temos? E falo isso, mais uma vez, como cidadão. Digo o seguinte: estou aqui atônito, muitas vezes, sentimo-nos de mãos amarradas, porque não temos o que chamamos de caneta certa para agir com energia.

Aqui, vejo uma matéria que diz que a polícia está à caça do assassino. Eu digo o seguinte: o delegado Rodrigo, que é da delegacia do Guará, tem feito um trabalho exemplar, tem feito um trabalho fantástico, inclusive, com um baixo efetivo ali na delegacia do Guará, Deputado Chico Leite.

Então, eu quero aqui fazer um apelo à Secretária de Segurança Pública, quero corroborar, sim... Na realidade, quero ser até um pouco mais enérgico. Quero sugerir uma intervenção na Segurança Pública no Distrito Federal, como o Deputado Raimundo Ribeiro colocou. Quero seguir o Deputado Raimundo Ribeiro. Que haja uma intervenção, que o Ministério da Justiça faça uma intervenção aqui na segurança pública do Distrito Federal para que possamos acabar com esse tipo de coisa.

A Capital da República deve ser um exemplo. O Fundo Constitucional... A Segurança Pública do Distrito Federal é paga com dinheiro de todos os brasileiros, vem o Orçamento Geral da União e paga pelo Fundo Constitucional. É preciso que haja, sim, uma intervenção, uma intervenção na gestão, uma intervenção principalmente na política de segurança pública. Não dá mais para aceitar o que está acontecendo na Capital da República!

Era isso, Deputado Wellington Luiz. Quero parabenizar V.Exa. Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Muito obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Deputado Wellington Luiz, pares, imprensa, quero primeiro saudá-lo como amigo e pelo tema brilhantemente levantado por V.Exa. nesta tarde. Realmente nós temos que nos assombrar com a situação que aconteceu hoje no Guará. É algo que mexe muito com o coração da gente, principalmente de quem é pai, de quem tem filhos ou mesmo quem tem pessoas amadas que passam por situações semelhantes.

Eu vejo o assassinato daquele pai de família com grande pesar, não poderia ser diferente, e reconheço em V.Exa. um grande defensor da segurança pública, com toda a autoridade para fazer esses questionamentos. Realmente nós temos muitos problemas. V.Exa. citou no seu discurso a nossa luta, que também é sua, do Deputado Wasny de Roure e de toda esta Casa, pela contratação do efetivo da Polícia Civil. Aproximadamente quatrocentos policiais estão prontos para tomarem posse. O Governador anunciou 120 recentemente. Hoje nós tivemos uma reunião



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

muito produtiva no Planejamento, já informei V.Exa., para tratar do tema. Saímos com uma visão muito positiva de que isso possa acontecer.

É fato que esse aumento de efetivo é apenas um sopro, um suspiro para diversas corporações, e vou falar especificamente da nossa Polícia Civil, que hoje já tem – o Deputado Wellington Luiz tem esse dado, mas talvez as outras pessoas não tenham essa dimensão –, a Polícia Civil do Distrito Federal já tem cem policiais a menos do que o efetivo de 1993. Ou seja, há 23 anos existiam mais policiais em exercício do que há hoje. É uma situação muito preocupante.

Quando temos uma tragédia desse porte – é onde eu quero chegar –, naturalmente ficamos procurando soluções imediatas, respostas rápidas têm de ser dadas. Eu concordo, mas *data venia*, acho que nós temos de pensar a segurança – V.Exa. tem trabalhado nisso ao longo dos anos – de maneira ampla e duradoura. Não será um ponto, ou uma atitude específica, que é a minha preocupação. Às vezes fala-se assim: “Vamos baixar a maioria penal, e vai se resolver o problema da criminalidade”. Não é isso, na minha opinião. “Vamos fazer uma intervenção, e vai resolver”. Na minha opinião, o trabalho tem de ser feito de maneira organizada e pensando no futuro, num planejamento.

O aumento de efetivo para a Polícia Civil e para a Polícia Militar é planejamento, como também mais policiais nas ruas e melhor equipamento. Por mais que se escutem os especialistas, não se fica em torno de uma única pessoa. A tragédia hoje é forte e mexe com o coração da gente. Precisamos de atitudes e respostas rápidas, mas a segurança pública não se planeja pontualmente, não se resolve com uma tacada ou com uma ação somente. V.Exa. tem contribuído de maneira decisiva, eu quero fazer esse reconhecimento aqui, buscando alternativas para os profissionais e para a segurança pública.

A indignação é típica, e não poderia ser diferente. Que tenhamos este pensamento: é um momento em que nós temos de nos sentar, vários artífices, vários atores da sociedade civil, e dar uma contribuição, ouvindo os especialistas, aqueles que militam na segurança pública, mas que sejam ações duradouras e não estanques, como se pudéssemos resolver a segurança pública com uma pílula.

É isso.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Eu gostaria de me solidarizar com a dor da família do senhor que foi vitimado lá no Guará. Deputado Wellington Luiz, Deputado Cláudio Abrantes, como todos sabem, eu sou oriundo da segurança pública e acho que a gente tem de engrossar um pouco o discurso. Desculpem-me os militantes dos direitos humanos e até alguns psicólogos, se é que me entendem, mas o crime tem de ser combatido.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Nós estamos no meio de uma guerra. Ficar com discurso de projetos sociais, todas essas questões, direitos humanos, são questões acessórias. O crime está nas ruas e tem de ser combatido. O Deputado Cláudio Abrantes falou com muita propriedade, e S.Exa. está certo. Exige-se um planejamento a médio e a longo prazo, e ali vão-se incluir políticas públicas no sentido de inclusão social, mas de imediato temos de combater o crime. A Polícia Militar e a Polícia Civil têm de ter condições de trabalho.

Quando eu falo de condições de trabalho, não é somente equipamento. É dar segurança para o policial. Hoje o policial militar tem receio de ir à rua combater o crime, porque, quando ele faz isso, é ridicularizado pela opinião pública, pela imprensa. Mas ele tem que combater.

Nós temos menores, eu defendo o menor. A questão da redução da maioria penal tem que ser pensada. O que são as leis? Nós temos que discutir o que é lei. A lei representa um pensamento, representa a cultura daquele momento da sociedade. A sociedade clama pela redução da maioria penal. Eu defendo, se a sociedade quer. Claro, os teóricos estão cheios de argumentos, mas eu não tenho o menor pudor em dizer isso. Nós temos que enfrentar. Hoje uma pessoa de 16 anos tem total consciência dos seus atos.

Deputado Wellington Luiz, chamo V.Exa., o Deputado Cláudio Abrantes e os demais Deputados para fazermos um debate mais profundo no sentido de dar apoio à Polícia Militar. Parabéns ao Coronel Nunes, que assumiu agora a Polícia Militar. Está diante dele a dimensão do desafio que vai enfrentar. Temos que fortalecer as Polícias Militar e Civil, para que nossos policiais possam ir ao enfrentamento e não sejam ridicularizados pela opinião pública.

DEPUTADO JULIO CESAR – Deputado Wellington Luiz, permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – V.Exa. é meu líder, não tenho como negar. Ainda tenho juízo.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, é um prazer novamente estar aqui em mais um ano legislativo. Cumprimento todos os colegas. Na verdade, quero também me solidarizar com a situação que ocorreu no Guará. É uma situação muito triste, muito complicada, e realmente nosso governo tem que melhorar, sem dúvida alguma, na ação preventiva com essas situações que vêm ocorrendo no Distrito Federal.

V.Exa. falou muito bem na tribuna, mas é importante também relatar que em muitos desses problemas a culpa não é só do governo local ou até mesmo do Governo Federal. O grande problema, acho, são as leis que temos em nosso País, que muitas vezes privilegiam sempre o bandido. Eu vi algumas matérias, alguns vídeos, e até um delegado, acho que da Polícia Civil, recentemente disse: "A gente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

prende o bandido que cometeu o crime, e 24 horas depois ele está solto, paga fiança”.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agora não está sendo 24 horas, não. Ele já é solto sem ser preso, nem preso ele é mais.

DEPUTADO JULIO CESAR – Não vale a pena mais prender, porque daqui a pouquinho o bandido está ali fora. Quer dizer: hoje compensa cometer o crime porque a pessoa não vai ser punida, diferentemente de outros países como Estados Unidos, onde a pessoa comete um crime e paga por aquilo. É uma luta desigual, porque o policial vai à rua, tanto da Civil como da Militar ou até mesmo do Corpo de Bombeiros, coloca sua vida em risco, e não há contrapartida do Estado.

Então, aqui fica um apelo. Todos nós temos, ligados ao nosso partido, ao partido de cada um, membros na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, e precisamos fazer com que os nossos Deputados e Senadores mudem a lei penal de fato, de verdade, para que realmente as pessoas que cometerem crime neste País venham ser punidas e venham ser presas.

É isso que eu queria dizer nesta tarde. Obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Para concluir, acho que a gente tem que entender que, quando se combate a insegurança, isso não impede que se tenha planejamento. Pode-se fazer as duas coisas. Planejamento é a médio e a longo prazo, mas vá dizer à família desse pai que estão planejando a segurança para daqui um ano. Vá dizer a quem acabou de perder um ente querido que está se planejando a segurança pública. Para quem precisa de segurança, quem está perdendo seus entes queridos, é agora! A segurança precisa ser dada agora para o nosso povo.

Hoje, a exemplo do que aconteceu com o Deputado Raimundo Ribeiro, meu nome foi citado por um parente numa emissora de televisão: “Deputado Wellington Luiz, ajude-nos!” As pessoas começam a cobrar da gente, não podemos ser omissos. Desculpem-me os Secretários, desculpe-me o Governador, desculpem-me os Deputados da base, mas o governo está sendo omissos. O governo tem a sua parcela de omissão, e nós estamos tendo a nossa, porque nada estamos fazendo. Quando permitimos que essa situação dos efetivos da Polícia Civil e da Polícia Militar continue do jeito que está, nós estamos participando desse processo.

Volto a dizer: eu tenho 28 anos de Polícia Civil. Em segurança pública não existe fórmula mágica. O que intimida bandido, vagabundo, é a polícia na rua. Hoje nós temos um comandante da Polícia Militar extremamente dedicado. Está de parabéns o Comandante Nunes. Sou suspeito para falar do diretor da Polícia porque sou amigo pessoal dele. Foi agente de polícia, delegado, uma das pessoas mais competentes. A Polícia está muito bem representada. Aliás, as polícias estão muito bem representadas, mas esses homens não fazem milagre. Não fazem porque não têm efetivo, não têm viaturas, não têm armamento. O Estado está enfraquecido, os criminosos já perceberam.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Por que um bandido desse, um menorzinho de idade, vai lá e comete crime? Porque ele sabe da impunidade, sabe que nada vai acontecer e ele vai ser protegido pelos direitos humanos. Hoje a impunidade é um combustível para a criminalidade. É isso que está acontecendo. Se houver da parte do governo a sensibilidade para contratar os concursados da Polícia Civil e da Polícia Militar, podem ter certeza de que não vai solucionar o problema, mas vai amenizar, vai evitar que outros pais de família tenham as suas vidas perdidas. Isso já é o suficiente. O que nós não podemos fazer é permitir que a cada dia entre um secretário de segurança novo, seja ele um teórico, um psicólogo, um filósofo. Nós temos que entender que a nossa segurança pública não é laboratório e que o povo de Brasília não pode passar por tudo isso. O povo de Brasília não é cobaia e o governo tem que saber disso.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz. Eu corroboro com cada uma das palavras do senhor. Hoje quando eu vi o noticiário, realmente havia lá um cidadão, parente da vítima, desesperado, que mencionou muitas vezes mesmo o nome do senhor. Realmente, o nosso papel aqui é se levantar, se posicionar nessa questão. O senhor está de parabéns mais uma vez.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu sei que os pronunciamentos que foram feitos até agora são importantíssimos, só que nós não estamos cumprindo o Regimento desta Casa.

Hoje é a abertura da Sessão Legislativa no Distrito Federal, e a abertura se dá com a leitura da mensagem encaminhada pelo Governador do Distrito Federal. Entretanto, nós não abrimos a sessão lendo a mensagem.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado Chico Vigilante, a abertura foi feita, e a mensagem já foi lida pelo Deputado Raimundo Ribeiro, que pediu para se ausentar neste momento. Essa mensagem será lida, na íntegra, pelo secretário após o Comunicado de Líderes.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Inclusive, no Congresso Nacional, onde eu já estive, a leitura é feita pelo enviado, o Ministro Chefe da Casa Civil, na abertura da sessão. Aqui, no caso, se há um representante, que é o chefe da Casa civil, ele teria que ter proferido a leitura desta tribuna.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado, eu gostaria de lembrar que aqui é outa Casa e que o Regimento Interno daqui não fala sobre isso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – O Regimento Interno é o mesmo, Sra. Presidente. Eu já estou aqui há cinco anos. Estou aqui há alguns anos. Não sei quem mandou, mas quem vem abre fazendo a leitura. Não se cumpriu o Regimento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Eu gostaria de fazer uma consulta, então, aos Líderes da Casa para ver se abrem mão da palavra para que possamos chamar o Secretário de Estado para fazer a leitura.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu sei que existe na Casa um conjunto bastante expressivo de Deputados que estão na primeira legislatura, mas é sempre uma deferência o próprio Governador vir ou designar alguém. No caso, não sei se o Secretário da Casa Civil é o porta-voz dessa mensagem. Parece-me até que é. Então, seria honroso para esta Casa ouvir a mensagem.

Eu quero colaborar aqui com o ponto de vista do Deputado Chico Vigilante e pedir a compreensão dos colegas Deputados. Isso seria mais uma função do Líder do Governo, mas eu creio que é algo quase consensual, no meu modo de entender.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, eu, de minha parte, não vejo problema. Eu acho que o pronunciamento é importante. Pode fazer a mudança. Depois que terminarem, fazemos a leitura. Eu não vejo qualquer mudança. Podemos tirar essa burocracia. Enquanto as pessoas perdem vidas, estamos preocupados aqui em cumprir rito. As pessoas têm que se preocupar é com que o povo está sofrendo, e não com esse negócio de cumprir rito não. Vai dizer para o povo lá fora que nós estamos cumprindo rito aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado, eu gostaria de ler aqui no art.100, inciso XI: “remeter mensagem à Câmara Legislativa por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Distrito Federal, indicando as providências que julgar necessário”.

Aqui não fala, realmente, de secretário.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, colaborando com o que V.Exa. está falando, realmente, no início, o Deputado Raimundo Ribeiro fez a consulta e houve o acordo para que cada Deputado pudesse se pronunciar ali na tribuna. Refiro-me aos Líderes. Então, eu não vejo problema.

Claro que, se houver entendimento, podemos abrir mão, mas eu quero dizer que corroboro o que o Deputado Wellington Luiz falou. Há tantas coisas que temos que resolver em Brasília e, muitas vezes, ficamos com as coisas pequenas, o que nos impede de avançar. Enquanto isso, a sociedade está sofrendo, está padecendo, e os Deputados realmente querem falar daquilo que está acontecendo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Eu vejo que, em alguns momentos, os Deputados se preocupam com coisas pequenas e, muitas das vezes, dizem que há Deputado novo. Há deputado novo, mas deputado que, realmente, é capaz, foi eleito pelo povo, e o povo o quer aqui dentro. Eu acho que essa questão de ser novo ou mais antigo não tem nada a ver.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concordo com o Deputado Julio Cesar. Essa é uma questão superada.

Houve um acordo dos Líderes para que houvesse as falas dos líderes. Ainda está aqui o Deputado Prof. Israel, que gostaria de fazer uso da palavra. Temos o Deputado Agaciel Maia, o Deputado Bispo Renato Andrade, o Deputado Roosevelt Vilela, o Deputado Chico Leite. Se todos abrirem mão, nós podemos cessar esse momento de Comunicados de Líderes para que o Secretário de Estado possa fazer a leitura da mensagem, ou então aguardaremos o encerramento das falas.

Qual Deputado, dos líderes, gostaria...

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, como Líder do Bloco Força do Trabalho, eu abro mão para que possa ser feita a leitura da mensagem do Governador, o que, inclusive, é um instrumento de fiscalização de acompanhamento por parte de todos nós, Deputados.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o fato de abrir mão não significa, necessariamente, que não se possa falar daqui a pouco. Nós podemos, no Comunicados de Parlamentares ou no Grande Expediente, fazer uso da palavra.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, acho que foi feito um acordo entre os Líderes que tem que ser respeitado. Não vai mudar em nada. Acho que o Deputado Prof. Israel tem que ser respeitado, o Deputado Rodrigo Delmasso e os demais Líderes. No meu entendimento, os Deputados deveriam continuar a falar, a fazer os seus pronunciamentos, que são extremamente importantes. Depois, no final, faz-se a leitura. Nada vai modificar. O mundo não vai acabar por causa disso.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Eu queria fazer a consulta aos Líderes: Deputado Roosevelt Vilela?

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sra. Presidente, como Líder do PSB, eu abro mão da fala, até por uma deferência ao Chefe da Casa Civil, que estão aqui.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Acho que, como bons anfitriões, não custa nada abriremos mão e recebermos bem o Chefe da Casa Civil, Sérgio Sampaio.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado Prof. Israel?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, eu também quero abrir mão, dada a presença do Secretário da Casa Civil. Eu acredito que é uma tradição e nós nos perdemos nessa tradição. Não está no Regimento, é bem verdade, mas por simetria, em todas as Casas do Poder Legislativo, de todos os estados brasileiros é assim que se faz.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu nem sabia que o Chefe da Casa Civil se encontrava aqui. Por uma questão de deferência ao Chefe da Casa Civil, sim. Agora, por questão de rito? A gente tem que abrir mão do rito. Por questão de deferência e respeito ao Chefe da Casa Civil, sim, não há problema algum, mas por questão de rito? O rito que vá para o diabo que o carregue.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Julio Cesar?

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, também quero registrar que eu abro mão da minha fala como Líder de Governo, até para que o nosso Secretário Sérgio Sampaio possa se pronunciar. Faço isso por respeito e pelo trabalho que V.Exa. vem desenvolvendo à frente da Casa Civil.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Cláudio Abrantes?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, pela Rede Sustentabilidade, eu conversei com a Deputada Luzia de Paula e nós temos um entendimento semelhante de que é necessário, sim, ouvir a manifestação do Secretário. É um instrumento de fiscalização simbólico. Eu também não vejo problema no simbólico. Eu acho que não vai afetar o andamento da sessão para quem quiser se pronunciar após a manifestação do Secretário Sérgio, que aqui está representando o governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Deputado Rodrigo Delmasso, nosso senador quando tiver idade?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como já é consenso de todos os Líderes, eu que não gosto muito de falar, abro mão neste momento, para que o Secretário Chefe da Casa Civil possa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

fazer a leitura da mensagem encaminhada pelo Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, esperando que esta mensagem traga boas notícias para o Distrito Federal em 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Muito bem.

Em virtude da presença do Sr. Secretário da Casa Civil e conforme o disposto no art. 100, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, dou por encerrados os Comunicados de Parlamentares, garantindo a palavra dos Deputados inscritos no Grande Expediente.

Conforme disposto no art. 114, § 1º, do Regimento Interno, não será designada a Ordem do Dia para a sessão ordinária de hoje.

Encerrada a Ordem do Dia, passaremos ao Grande Expediente.

Em virtude da presença do Sr. Secretário Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, Secretário de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, conforme o disposto no art. 118, § 3º, do Regimento Interno, suspendo a presente sessão para receber o Secretário para leitura da mensagem do Sr. Governador, disposto no art. 100, inciso XI, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Convido o Sr. Secretário para compor a Mesa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Secretário para a leitura da mensagem do Sr. Governador do Distrito Federal.

SR. SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Exmo. Sr. Deputado Raimundo Ribeiro, Primeiro Secretário desta Casa, no exercício da Presidência, cumprimento os senhores Deputados que, neste instante, integram a Mesa Diretora – Deputado Rafael Prudente, Deputada Sandra Faraj, Deputado Prof. Israel – e os demais Deputados e Deputadas.

É uma honra, neste instante, com a designação do Governador, estar aqui nesta Casa para fazer a leitura da mensagem que faz a abertura do ano legislativo na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Passo, então, à leitura da mensagem do Sr. Governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg.

“Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal” – neste instante, Deputado Raimundo Ribeiro –, “Senhoras Deputadas e Senhores Deputados Distritais, profundo sentimento de gratidão me invade neste momento de abertura da Sessão Legislativa de 2016, quando, nos termos do inciso XI do art. 100 da nossa Lei Orgânica, tenho a oportunidade de apresentar à Câmara Legislativa a situação de Brasília, que entendo ser o Distrito Federal na sua completude.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Gratidão por fazer parte da história desta cidade-estado, cujo crescimento vivencio desde menino e onde hoje presto o honroso e desafiante serviço de governar. Gratidão por estar nesta Casa de Leis, que tão bem me acolheu quando iniciei a vida pública. Gratidão pelo apoio de Vossas Excelências às propostas de lei encaminhadas pelo governo em 2015, algumas delas até impopulares, mas todas absolutamente necessárias. Gratidão pela compreensão e paciência dos brasilienses, nativos e adotivos, que merecem atendimento público da melhor qualidade. Gratidão por poder apresentar o resultado inicial do trabalho de uma valorosa equipe de agentes e servidores públicos que, apesar das adversidades enfrentadas, vem dando o melhor de si para que a população local tenha orgulho de viver em Brasília. Gratidão, também, por seguir sonhando com a construção coletiva de uma cidade mais humana, sem desigualdades sociais, rica pela diversidade cultural que reúne e desenvolvida de forma sustentável.

Há pouco mais de um ano, neste mesmo plenário, quando tomava posse, enunciei a determinação de fazer um governo democrático, ético, participativo e inovador, com a marca da austeridade, transparência e capacidade de diálogo; um governo de combate à burocracia, pautado por priorizar os mais necessitados e por alcançar a eficiência. Também apontei como principal desafio de nossa gestão a tarefa de equilibrar as contas públicas.

Hoje, ao enviar-lhes esta mensagem, reitero esse compromisso, compartilhando com cada um dos senhores e das senhoras o zelo com a coisa pública. Reitero, ainda, minha disposição de manter uma relação fraterna e produtiva com todos os membros da Câmara Legislativa, mediante diálogo permanente com as mais diversas forças políticas, sempre em nome da implementação de um projeto comum de cidade, porque somos todos de Brasília.

Passo, então, a expor um resumo das ações adotadas nesse primeiro ano de governo, começando por descrever a situação com que deparamos no início e a forma como enfrentamos nosso maior desafio, qual seja equilibrar as contas públicas.

Ao assumirmos o mandato em 1º de janeiro de 2015, encontramos o maior desequilíbrio orçamentário e financeiro da história de Brasília, visto que os gastos do Governo do Distrito Federal – GDF passaram a superar sistematicamente suas receitas a partir de 2012 e atingiram um patamar inédito em 2014.

Podemos dizer, em poucas linhas, que o descontrole das contas distritais se deveu à assunção de despesas correntes sem o devido lastro financeiro e orçamentário e sem as condições materiais para honrá-las; ao cancelamento de empenhos no final de 2014, que retirou do registro contábil daquele ano uma soma bilionária; e à elevação das despesas obrigatórias de caráter continuado com pessoal, decorrente dos reajustes concedidos aos servidores distritais em 2013 e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

2014, sem fonte de receita suficiente para custeá-las e com subestimação do impacto financeiro e orçamentário que exerceriam nos anos seguintes.

Havia, então, como amplamente divulgado e já dito em relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, um passivo estimado em R\$3 bilhões, sendo R\$887 milhões de reais de restos a pagar e R\$2,2 bilhões relativos às despesas sem contabilização, despesas de exercícios anteriores. Além disso, vigorava uma Lei Orçamentária Anual subdimensionada, com déficit aproximado de R\$3,5 bilhões de reais, sendo um bilhão para custeio e os outros R\$2,5 bilhões para pessoal, mesmo não se computando o reajuste salarial já previsto. Considerando o orçamento feito e o passivo recebido, portanto, o rombo nas contas públicas distritais alcançaria a incrível quantia de R\$6,5 bilhões.

Todos sabem que sofremos o resultado desse descalabro econômico já nos primeiros dias da nossa gestão, pois o caixa extremamente depauperado que encontramos não nos permitiu, de pronto, honrar as dívidas deixadas pelo governo anterior.

Por conseguinte, de um lado, pipocaram as greves do funcionalismo, que estava sem o salário do último mês de 2014, sem o pagamento das horas extras e do adicional de férias e sem o pagamento do 13º para os aniversariantes de dezembro. Do outro, foram suspensos os serviços e as entregas de grande número de fornecedores do governo. O prejuízo fez-se sentir, sobretudo, nas áreas mais sensíveis, como saúde, educação e mobilidade.

A situação tomou-se ainda mais crítica, do ponto de vista administrativo, no final do mês de janeiro de 2015, quando tomamos ciência de que o índice de gastos com pessoal do último quadrimestre de 2014 excedera o limite prudencial fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Meses depois, os cálculos do Tribunal de Contas do Distrito Federal indicaram que aquele índice, na verdade, havia extrapolado o limite máximo fixado na lei, situando-se em 49,12% da receita corrente líquida do Distrito Federal.

A apuração do cálculo do índice de gastos com pessoal, no primeiro quadrimestre de 2015, por seu turno, revelou que a situação continuava a se agravar, devido à implantação dos aumentos remuneratórios já concedidos a muitas carreiras, nos primeiros meses do ano, a despeito de todos os esforços empreendidos pela atual gestão, para o seu saneamento. De forma inédita, esse índice situava-se em 50,8% da receita corrente líquida, desconsideradas as despesas com pessoal cobertas pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal, que mantém a segurança e contribui para o custeio das folhas da educação e da saúde. Computando-se também essas despesas, o índice atingiria, naquele momento, apenas para o pagamento da folha, 75,4% de todos os recursos públicos de que dispõe o GDF e chegaria a 80% com os respectivos benefícios.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Lembremos que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe a adoção de medidas bastante restritivas para reduzir as despesas com pessoal a um patamar aquém do limite previsto, sob pena de ficar o Distrito Federal impedido de receber transferências voluntárias; obter garantia direta ou indireta da União, dos estados e dos municípios; ou contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e à redução das despesas com pessoal.

Recordemos também o ambiente de recessão econômica vivido no País desde o ano passado e as consequências disso em termos de frustração de receita de origem tributária. Em vez do crescimento de 3% da economia, previsto pelo Banco Central, no final de 2014, e utilizado como base para a confecção da Lei Orçamentária Anual Distrital de 2015, houve uma queda de 3,7% da atividade econômica no País e de 3,5% no DF, conforme estimativa do mercado financeiro. Isso sem falar dos efeitos deletérios da inflação, que ficou na casa dos 10% no último ano.

Ora, não é segredo que a queda da atividade econômica deteriora as receitas da União; reduz, por tabela, seus repasses ao DF; provoca um decréscimo sensível nas receitas tributárias próprias e ocasiona a diminuição acentuada nos investimentos públicos e privados.

Tudo somado, no comparativo da receita orçada com a efetivamente arrecadada em 2015, identificamos uma frustração de receita estimada em mais de R\$4,5 bilhões no âmbito do DF e verificamos o aumento da necessidade de financiamento com recursos próprios.

Afora o caos orçamentário-financeiro e o gravíssimo quadro fiscal, verificamos haver um histórico de desconsideração dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos seguidos alertas do Tribunal de Contas do DF. Reporto-me, aqui, mais uma vez, às condenáveis práticas de transpor para o exercício seguinte despesas ou compromissos assumidos no exercício anterior e de realizar despesa sem prévio empenho.

Para não incorrer nesses erros, não nos foi possível conceder, em setembro último, os reajustes salariais esperados por diversas categorias funcionais, o que resultou em mais uma onda de greves na cidade. Tampouco foi possível ver ampliada e melhorada a rede de serviços da forma como gostaríamos, mas fizemos avanços significativos no tocante ao saneamento das contas, como passo a expor.

SANEAMENTO DAS CONTAS

Estávamos cientes, antes mesmo de assumir o mandato, de que seria preciso superar o déficit financeiro bilionário no DF para fazer o governo que a cidade merece. Embora ainda não soubéssemos o tamanho real desse déficit financeiro bilionário no DF, para fazer o governo que a cidade merece.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Embora não soubéssemos o tamanho real desse déficit, definimos ser prioritária a tarefa de equilibrar as contas. Para evitar o colapso das finanças públicas, decidimos efetuar um corte imediato e substancial nas despesas, com o enxugamento da máquina e ações de racionalização da gestão.

De saída, reduzimos o número de secretarias de estado de 38 para 24 e eliminamos mais de 1.300 cargos comissionados e funções de confiança.

Também impusemos limite às despesas públicas: efetuamos contingenciamentos, fizemos o reconhecimento das despesas de exercícios anteriores; determinamos a revisão das licitações em curso e das contratações emergenciais, bem como a definição de cronograma de desembolso das operações de créditos já contratadas, ou em fase de contratação.

Criamos, ainda, a Câmara de Governança Orçamentária Financeira e Corporativa do Distrito Federal – Governança DF, colegiado responsável por zelar pelo cumprimento da política orçamentária que desenvolveu o trabalho fundamental de coordenar as reprogramações orçamentárias e os remanejamentos entre despesas entre unidades.

Com as ressalvas necessárias para não interromper a prestação de serviços à população nem provocar a degradação do patrimônio público, adotamos várias outras medidas de racionalização e controle dos gastos, auditamos a folha salarial, avaliamos e renegociamos os contratos, reduzimos os gastos com impressos e com aluguel de veículos e limitamos o uso de combustível e celulares funcionais.

Além disso, suspendemos as despesas com viagens, promoção de eventos, aquisição de material permanente, contratação de obras e instalações, aluguel de móveis e equipamentos, celebração de convênios onerosos, participação em cursos ou congressos, contratação de consultoria, prestação de serviço de terceiros e locação de mão de obra temporária, exceto nas áreas de saúde e educação.

Apesar de toda essa austeridade, a insistente crise fiscal nos obrigou a adiar o pagamento de reajuste salarial aos servidores do GDF, em setembro, e fazer nova reestruturação administrativa em outubro. Ficamos, então, apenas com dezessete pastas, e o número de cortes de comissionados saltou para mais de quatro mil.

De todo modo, ao longo do ano, conseguimos reduzir despesas gerenciáveis em torno de R\$ 1 bilhão, entre cortes e adiamentos de despesas. A reprogramação orçamentária de gastos não obrigatórios levou os órgãos a rever seus orçamentos e a reduzir suas demandas em R\$1,9 bilhão.

Claro está que a economia advinda da racionalização dos gastos reduziu a pressão das demandas por créditos orçamentários e financeiros, na medida em que contribuiu para o abatimento de parte da dívida herdada, para a manutenção da máquina pública e para o adimplemento de despesas correntes inadiáveis nas áreas de saúde, segurança, mobilidade e educação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Essa pressão, contudo, havia começado já nos primeiros dias de nosso mandato, quando fomos impelidos a onerar o Orçamento de 2015 em mais de R\$1 bilhão, para fazer frente aos gastos de pessoal no exercício de 2014. É bom dizer que quitamos integralmente essa dívida, frutos de despesas obrigatórias deixadas pelo governo anterior, sem o devido lastro orçamentário e financeiro, em explícita afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para honrar esse e outros compromissos, como o pagamento dos salários de servidores e terceirizados, encaminhamos à Câmara Legislativa um conjunto de projetos voltados a aumentar a receita, mediante ajustes nos preços públicos.

Grande parte das medidas propostas foram convertidas em lei, depois de serem aprovadas pelo Legislativo, motivo pelo qual renovamos os agradecimentos a cada um dos membros desta Casa. Saibam, senhoras e senhores, que esse apoio foi fundamental para o êxito do trabalho em curso de saneamento das contas públicas.

Da Câmara, recebemos o aval para instituir o Programa de Incentivos à Regularização Fiscal, o Refiz, lançado em junho. Com os descontos oferecidos para a quitação dos débitos, o Refiz logrou atrair a adesão de cerca de cem mil contribuintes, garantindo aos cofres públicos o retorno imediato de R\$258 milhões e a expectativa de ingresso de outros R\$959 milhões parcelados. Desafogou, ainda, a Vara de Execução Fiscal, com a baixa de mais 70 mil processos.

Para complementar o pagamento da folha salarial, esta Casa aprovou também propostas criativas de trabalho com recursos vinculados aos fundos distritais. Em março, autorizou-nos a movimentar os R\$180 milhões que viabilizaram o pagamento de salários no início do ano. Em setembro, autorizou-nos a empregar R\$240 milhões mensais de rendimentos de capitalização dos fundos do IPREV (Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal), até o limite total de R\$1,2 bilhão, na complementação da folha, afastando o risco do inadimplemento.

Também em setembro, cuidaram Vossas Excelências não só de conceder aprovação unânime à solicitação de crédito suplementar que fizemos para a saúde, mas ainda de direcionar todas as 87 emendas apresentadas para a manutenção dos serviços prioritários da área. O elevado espírito público dessa ação legislativa trouxe o reforço de mais de R\$300 milhões para a saúde.

Ainda no âmbito das medidas de saneamentos das contas, destaco outra iniciativa do Executivo que angariou o apoio deste Parlamento, pelo que ela representa de mudança de cultura. Refiro-me ao acolhimento da proposta de alteração da meta fiscal prevista na Lei Orçamentária Anual de 2015, que aqui sepultou as chamadas pedaladas fiscais, assim entendida a prática de empenhar os salários e o 13º de dezembro com recursos do ano seguinte, já condenada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Além de aprovar a revisão da meta fiscal, a Câmara viabilizou a devida contabilização de despesas contratadas, o que permitiu, igualmente, dar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

transparência aos gastos reais do governo que, de outra forma, seriam convertidos em despesas de exercícios anteriores a serem apuradas. Deu-se, assim, o que permitiu redução do déficit orçamentário do ano passado ao autorizar a abertura de dois créditos extraordinários para fazer frente à contabilização integral dos salários e das despesas de custeio de dezembro no próprio orçamento de 2015.

Registre-se, igualmente, que a autorização que nos foi dada para securitização da dívida pública e contratação de operações de crédito interno e externo permitirá que o governo aumente seus investimentos de 2016 em diante, dadas as dificuldades enfrentadas com a queda de arrecadação prevista para os próximos anos.

Ciente da escassez de recursos de origem tributária para arcar com todas as necessidades da população distrital, o Governo do Distrito Federal também tem buscado outras fórmulas para suprir os investimentos necessários ao desenvolvimento local, como os contratos de financiamento, as parcerias com o setor privado, a formação de consórcios públicos e os convênios celebrados com o governo federal.

Fizemos um esforço hercúleo para superar a crise financeira e fechar o exercício de 2015 em condições mais favoráveis do que as existentes no início do mandato, lançando sempre mão de expertise e criatividade.

Os frutos desse trabalho intenso e desafiador já são hoje visíveis. Em apenas um ano, liquidamos R\$1,3 bilhão das despesas de exercícios anteriores, saldamos R\$800 milhões dos restos a pagar de 2014 e ajustamos as despesas do Orçamento de 2015. Tudo somado e graças às duras medidas adotadas, chegamos ao fim de 2015 de uma maneira muito mais equilibrada, com a alegria de ter conseguido efetuar todos os pagamentos da folha, manter o funcionamento da máquina do Estado e iniciar importantes investimentos.

Esse resultado alentador mostra que a gestão responsável das contas públicas impõe a realização de um trabalho diuturno de prestação, vigilância, transparência e diálogo.

Temos sido capazes de realizar juntos, Executivo e Legislativo, esse trabalho, que ajudará na construção de um grande legado para a cidade ao final do nosso mandato: conquistar a confiança da população no governo.

Atribuímos, aliás, à transparência e ao diálogo os avanços registrados nessa nossa empreitada. Essas são, na verdade, duas das mais importantes marcas do Governo de Brasília, como passo resumidamente a expor.

O diálogo está presente não apenas na relação entre Executivo e Legislativo, mas dentro mesmo do governo, entre seus integrantes e entre os diversos órgãos. Alimenta e estreita, também, a relação entre o governo e a sociedade, possibilitando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

a efetiva participação popular na formulação de políticas públicas. Esse diálogo segue as estratégias mais variadas, ocorrendo tanto no plano virtual como presencial.

Na página eletrônica de abertura do Portal do GDF, por exemplo, qualquer pessoa pode gravar sua fala, que será ouvida e respondida pessoalmente por mim no programa Conversa Franca, transmitido pela Rádio Cultura toda segunda-feira, às 7h, e arquivado no sítio da internet.

Mas é em presença, olhos nos olhos, que o diálogo tem sido mais intenso, tanto por meio das Rodas de Conversa quanto por intermédio do projeto Voz Ativa. Na Roda de Conversa, a população fala diretamente com o Governador sobre as questões que envolvem uma região administrativa ou um tema geral. O objetivo da Roda de Conversa é permitir a identificação de problemas que podem ser resolvidos em um prazo menor, com a articulação entre os setores do governo, incluindo secretarias, administração, empresas e a sociedade civil.

O Voz Ativa, por seu turno, é um ciclo de escuta parecido com audiências públicas, mais dinâmicas e colaborativas. O objetivo é recolher sugestões da população para elaborar políticas públicas e ajudar no planejamento do governo em diversos temas. As contribuições são registradas em fichas preenchidas na hora e é possível fazer inscrição para a fala durante a ação, em ordem de chegada.

Ademais, cada órgão do governo tem o seu próprio canal de diálogo aberto com a sociedade, de que são exemplos vivos e atuantes o Voz Ativa no Planejamento e o Voz Ativa na Segurança, utilizados para discutir as peças orçamentárias e as ações do Pacto pela Vida, respectivamente.

Desde o início da nossa gestão, a transparência é prioridade para o Governo de Brasília. No esforço de garantir o monitoramento da administração pública, criamos, ainda em janeiro de 2015, o Conselho de Transparência e Controle Social do DF, órgão formado exclusivamente por representantes da sociedade civil e responsável por dar suporte técnico e administrativo à Controladoria-Geral do Distrito Federal. Lançamos nova versão do Portal da Transparência em abril e inovamos em junho, quando nos tornamos a primeira unidade da Federação a ter um aplicativo para telefones celulares e *tablets* com informações do Portal da Transparência: o Siga Brasília.

Com a criação desse aplicativo, ficou mais fácil compreender o complexo Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO. De maneira simples, qualquer cidadão pode acessar pelo telefone celular ou pelo computador as transações do governo, as escalas dos médicos da rede pública e os salários dos servidores, entre outras informações.

Como consequência do trabalho desenvolvido ao longo de meses, o Distrito Federal foi considerado o ente federativo mais transparente do País, segundo avaliação da Controladoria-Geral da União – CGU, no que toca ao cumprimento das



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

normas da Lei de Acesso à Informação: recebeu nota 10 na segunda edição da Escala Brasil Transparente.

Na primeira avaliação da escala, feita em março e abril e divulgada em maio, o DF ficou em terceiro lugar na condição de capital, em sétimo como estado e em oitavo como município. Na segunda edição, realizada em novembro, subiu para o primeiro lugar no *ranking* das três categorias, quando a nota passou de 8,9 para 10.

Como se pode ver, o arrocho nas contas veio acompanhado de medidas com o propósito de tornar cristalinas as operações do Executivo e de angariar participação popular para a formulação de políticas e o controle social da administração pública, firmando as bases para que os planos estruturantes pudessem ser construídos por Estado e sociedade conjuntamente.

Planos estruturantes.

Atento ao grande desafio de administrar em meio a fortes restrições orçamentárias e financeiras e à necessidade de modernizar a gestão pública, nosso governo tem lançado mão da criatividade e apostado no poder das parcerias e do diálogo para instaurar uma nova cultura administrativa na Capital brasileira.

Nesse sentido, criamos, logo no início do mandato, uma rede de colaboração interna responsável por identificar iniciativas de sucesso, de qualquer campo, que possam ser adaptadas à realidade local e replicadas.

Implementamos, ademais, um processo de gestão voltado a aperfeiçoar a administração pública e elevar a qualidade dos serviços prestados à população. Esse processo nos permite monitorar o cumprimento de obras e programas prioritários mediante acordos de resultados que visam facilitar a resolução de entraves e a integração entre diferentes pastas, de forma a assegurar o cumprimento dos prazos.

Nos primeiros meses de 2015, iniciamos o processo técnico de elaboração do Plano Plurianual – PPA 2016-2019, peça central de planejamento orçamentário das ações de governo, responsável por indicar os caminhos a serem trilhados, no formato de políticas públicas, para viabilizar os objetivos almejados pelo mandato. Esse processo, que envolveu a avaliação dos objetivos, das metas e dos indicadores alcançados em 2014 à luz do PPA então vigente e a prospecção de cenários para o próximo quadriênio, mobilizou a participação das unidades orçamentárias de todos os órgãos do governo.

Paralelamente, também nos mobilizamos para formular nosso planejamento estratégico, de modo a definir em mapa estratégico, como visão do governo para 2019, o legado que pretendemos deixar para a cidade, os eixos estruturantes da atuação governamental, as diretrizes a serem adotadas e os objetivos a serem alcançados na direção desse legado. Nesse processo, tiveram vez e voz todos os órgãos da administração direta e indireta, bem como os servidores interessados, ouvidos em múltiplas reuniões temáticas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Por conta dessa feliz confluência, o PPA 2016-2019 surgiu como corolário do nosso planejamento estratégico, com foco em resultados, respeito à legislação vigente e fundamento na transversalidade, no comprometimento de todos os órgãos do GDF e na participação popular.

De fato, sua formulação envolveu a realização de audiências públicas nos quatro cantos do DF, no âmbito do projeto Voz Ativa no Planejamento, e foi enriquecida por 730 sugestões populares. Isso aproximou a população da lógica tradicionalmente hermética da linguagem orçamentária, mostrando que os programas temáticos retratam as políticas públicas, os objetivos específicos são os resultados a serem alcançados, as metas são a medida de alcance dos objetivos, os indicadores são a mensuração dos resultados, e as ações são os bens e serviços ofertados à sociedade.

Além de acolher e refletir os anseios da população, o PPA 2016-2019 espelha a visão de futuro deste governo, sintetizada no orgulho de viver em Brasília, e contempla ações das áreas de educação, mobilidade, planejamento, gestão, saúde, segurança, infraestrutura, cultura, turismo, esporte e lazer, desenvolvimento com sustentabilidade, meio ambiente, assistência social e cidadania, com foco na valorização da pessoa e no protagonismo do cidadão.

Ele firma os alicerces para a criação das condições orçamentárias capazes de materializar as três grandes entregas a serem feitas pelo governo até 2019, quais sejam: 1) aumentar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade social; 2) conquistar a confiança da população no Estado; e 3) tornar Brasília modelo de cidade sustentável.

Apoia-se, ainda, nos seguintes eixos estratégicos, definidos para possibilitar essas entregas: 1) viver bem, direito de todos; 2) economia mais competitiva; 3) território planejado e estruturado; 4) todos por Brasília; e 5) governo ético, transparente e com foco em resultados.

No escopo do primeiro eixo – viver bem, direito de todos –, fixamos seis objetivos estratégicos a serem alcançados com os programas e as ações inscritos no PPA, quais sejam: 1) ampliar a capacidade de atender às necessidades de saúde com foco na prevenção; 2) promover o amplo acesso à educação e a qualidade da educação; 3) aumentar a sensação de segurança, reduzindo a violência e a criminalidade; 4) promover a cidadania e a proteção e inclusão social; 5) valorizar a cultura como investimento de desenvolvimento econômico e social; e 6) democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer.

Dentro do segundo eixo – economia mais competitiva –, existem três objetivos estratégicos almejados pela ação governamental: 1) promover ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios e à geração de emprego e renda; 2) consolidar Brasília como polo turístico nacionalmente atrativo; e 3) tornar Brasília destaque em ciência, desenvolvimento tecnológico e inovação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Já o terceiro eixo – território planejado e reestruturado – aponta para a persecução dos seguintes objetivos estratégicos: 1) ampliar a mobilidade, tornando mais atrativos o transporte coletivo e o não motorizado; 2) ampliar o acesso a serviços públicos de infraestrutura com qualidade e regularidade; 3) garantir a proteção e o uso sustentável do meio ambiente; e 4) promover o planejamento, o ordenamento e a regularização territorial de forma integrada e sustentável.

São objetivos estratégicos do quarto eixo – todos por Brasília – tomar o cidadão protagonista na formulação e no controle das políticas públicas e tomar o servidor público elemento fundamental para a implementação da estratégia de governo.

O quinto e último eixo do Plano Plurianual – governo ético, transparente e com foco em resultados – requer o alcance de dois objetivos não menos estratégicos: assegurar o equilíbrio fiscal para garantir a capacidade de investimento do governo e dotar o GDF de mecanismos que ampliem a capacidade de execução e de gestão para resultados.

Cuida-se, sem dúvida, de objetivos desafiadores e grandiosos, os quais demandam a mobilização de cerca de R\$130 bilhões ao longo de quatro anos, bem como o trabalho conjunto e sinérgico de todos nós, para que Brasília ocupe a posição de vanguarda que merece no cenário nacional.

Além de nos dedicarmos à busca incessante e obstinada de equilibrar as contas públicas e de fazer o planejamento para o futuro da cidade que almejamos, conseguimos executar diversos projetos voltados a melhorar a qualidade de vida da população, reduzir as desigualdades sociais e fazer de Brasília referência de desenvolvimento sustentável.

Na área da segurança pública, começamos a implementar o programa Viva Brasília Nosso – Pacto pela Vida, que tem por base a prevenção de violências e promoção da cidadania; a colaboração entre as forças de segurança; a integração delas com a sociedade; o trabalho orientado por estatísticas, análises criminais e indicadores; a valorização dos profissionais de segurança; bem como a informação e transparência.

O pacto estabelece canais de diálogo com a comunidade e reuniões de governança que identificam as prioridades locais de cada região administrativa, definem as responsabilidades e as ações e fixam metas e prazos de cumprimento. De acordo com a abrangência das demandas, são sucessivamente acionados os comandantes das forças de segurança e o titular da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social – Comitê Executivo do programa –, bem como o Governador e demais autoridades de primeiro escalão – Comitê Gestor –, para a tomada de providências.

A adoção dessa política provocou a redução nos indicadores de criminalidade em 2015, evidência inequívoca de que a população do DF está mais protegida. Tanto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

o índice de homicídios – 21,5 por cem mil habitantes – quanto o de mortes no trânsito – 11,5 por cem mil habitantes – foram os menores das duas últimas décadas.

Em comparação com 2014, houve queda no número de homicídios em 11,4%, latrocínio em 6,4%, estupro em 19,7%, morte no trânsito em 17,5%, tentativa de homicídio em 15,1% e crimes contra o patrimônio em 15,4%, respondendo os últimos por 84% da criminalidade registrada. Nesse grupo em particular, aferiu-se queda acentuada no número de roubo de veículos –32,5%, roubo em comércios –30% e furto em veículos –29,5%, além de uma tímida, mas importante, retração no número de roubo a pedestres –4,2%, o mais frequente de todos os crimes registrados.

Para obter esses resultados, definimos as áreas integradas de segurança pública, fizemos o diagnóstico das áreas críticas e realizamos mapeamento inédito dos crimes não registrados, por meio da Pesquisa Distrital de Segurança Pública. Também garantimos, apesar da crise financeira, a entrega de um helicóptero e de mais de uma centena de viaturas para as forças: 43 delas destinadas à Polícia Civil, 28 ao Departamento de Trânsito – DETRAN e 35 ao Corpo de Bombeiros. Intensificamos, ainda, tanto o policiamento ostensivo, com mais 1.700 policiais deslocados de funções administrativas, quanto as ações de prevenção à violência, agora integradas ao programa Cultura da Paz.

Mais presente nas ruas e próximo da comunidade, o trabalho das forças ampliou sua produtividade e eficiência ao longo do ano passado. Em relação a 2014, cresceu o número de prisões e apreensões em flagrante, respectivamente 9,6% e 29,5%; de ações contra o tráfico de drogas (25%), de repressão ao uso e porte de drogas (37,8%) e de apreensão de armas de fogo (7,3%).

No âmbito do programa Cultura de Paz, em que há interação entre os órgãos de segurança, as intersetoriais de governo e a sociedade civil para o desenvolvimento de ações articuladas de prevenção da violência e promoção de cidadania, foram feitos quase 90 mil atendimentos em 2015 por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, do Programa de Educação Ambiental, do Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e do Teatro Rodovia. Essa última iniciativa, aliás, faz parte das estratégias de ação do Programa Paz no Trânsito, que se utiliza de campanhas educativas e do rigor nas fiscalizações, sobretudo em relação à chamada Lei Seca e à vedação do uso de celulares ao volante, para induzir a redução do número de mortes no trânsito.

Na área de saúde, ainda carente de profundas melhorias, também houve avanços importantes em 2015, muito embora a dívida herdada – R\$600 milhões com fornecedores – tenha inviabilizado a adoção de soluções com a celeridade pretendida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

No início da nossa gestão, o desabastecimento de medicamentos e insumos era a regra: faltavam cerca de 400 itens nas prateleiras da rede pública. De imediato, decretamos situação de emergência no setor, o que permitiu a aquisição desses produtos com dispensa de licitação. Depois de fazer um mutirão de compras, fechamos o ano com a necessidade de repor ainda 65 itens, mas todos eles já estão com o processo de compra em andamento.

Buscamos recompor, igualmente, o quadro funcional da área de saúde, no entendimento de que essa é uma das premissas para garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Ao longo de 2015, convocamos 1.119 profissionais para diversas especialidades, mas somente 722 assumiram os cargos, um fenômeno curioso quando consideramos o valor do salário pago aos médicos da rede pública do DF, que é o maior do País, sem dúvida. De todo modo, seguimos com as convocações: em janeiro deste ano, nomeamos outras centenas de profissionais, entre médicos e técnicos.

Em 2015, ainda no quesito pessoal da saúde, fizemos um trabalho de base para interligar o sistema que registra o ponto e aquele que faz as escalas, de forma a alcançar escalas verdadeiramente capazes de refletir a realidade.

A duras penas, conseguimos garantir a manutenção de alguns equipamentos, como as 22 máquinas de hemodiálise, abrimos licitações regulares de manutenção de outros equipamentos e retomamos alguns projetos que estavam parados. Tal é o caso da reforma do Centro de Saúde 11, na Ceilândia, interrompida em setembro de 2014, e da construção do bloco 2 do Hospital da Criança de Brasília.

Disciplinamos a compra de medicamentos, insumos e serviços na área de saúde, estabelecendo que cada um desses itens seja comprado num certo período. Além de diminuir as chances de licitações fracassadas, essa disciplina afasta o risco de que os equipamentos adquiridos fiquem nos corredores por falta de espaço para instalação.

Fizemos um estudo para identificar os pontos críticos de cada unidade de saúde e oferecer propostas de ações para a melhoria do atendimento prestado à população. O estudo apontou a existência de vários problemas, entre os quais avulta a desorganização de escalas, e reforçou a necessidade de adoção do modelo de gestão regional, que instituímos no mês passado.

No intuito de garantir mais eficácia no atendimento ao cidadão, reduzir os gastos com custeio e tornar a gestão mais ágil, o modelo substitui as quinze antigas coordenações por sete superintendências regionais, com maior autonomia para gerir recursos financeiros e humanos. Ele descentraliza a gestão, trazendo para mais perto a solução dos problemas. Pressupõe, contudo, que os superintendentes – responsáveis por contratar a manutenção de equipamentos e definir escalas de trabalho e período de férias, entre outras incumbências – assinem um contrato de gestão e tenham o desempenho avaliado a cada quatro meses. Busca, assim,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

implantar na saúde a cultura do monitoramento e difundir a cobrança por resultados entre todos os profissionais da área.

Para melhor instruir a integração dos serviços de cada superintendência e embasar a elaboração dos contratos de gestão, estamos levantando as necessidades de saúde das diversas regiões administrativas, a capacidade de atendimento de cada uma das unidades de saúde do DF e os serviços por elas prestados individualmente. O propósito é mapear as carências e disponibilidades de insumos, servidores, equipamentos e serviços, além de monitorar escalas médicas, tempo de atendimento e fluxo das prioridades, para identificar possibilidades de ajuda mútua e encaminhar soluções às demandas encontradas.

O mapeamento já revelou o avanço potencial desse modelo de integração dos serviços, de que é exemplo o apoio hoje oferecido ao Hospital de Brazlândia pela Unidade de Pronto Atendimento da Ceilândia, com a realização dos exames de Raio-X.

Citemos, ainda, dois avanços importantes registrados na área de saúde em 2015, ambos envolvendo o trabalho conjunto, colaborativo e sincrônico de vários órgãos do GDF, mas referentes a procedimentos de complexidade muito diversa.

No campo da atenção primária à saúde, ao longo de 2015, centramos nossos esforços na prevenção de doenças, sobretudo no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, da febre chikungunya e do zika vírus. Os esforços renderam a diminuição de 16,8% dos casos de dengue, em comparação a 2014. No exercício findo, foram confirmados 10.338 casos de dengue, com epidemia em 11 regiões administrativas, a começar por Planaltina, Sobradinho II, Sobradinho e Gama, mas somente 14 de febre chikungunya e 2 de febre zika.

Agora em 2016, com a evolução do número de pessoas infectadas neste período de fortes chuvas que castigam Brasília, criamos a sala de situação de emergência, para abrigar a força-tarefa de combate ao mosquito e informar ao Ministério da Saúde os casos de dengue, chikungunya e zika. Localizada no Quartel Central Geral do Corpo de Bombeiros, a sala permite que a força-tarefa que agrega Secretaria de Saúde, Vigilância Ambiental, Corpo de Bombeiros, Exército, Marinha, Agência de Fiscalização – AGEFIS, Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP, Serviço de Limpeza Urbana – SLU, Departamento de Estradas de Rodagem – DER e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Distrito Federal – EMATER, monitore e elabore planos de ação contra o mosquito em todo o Distrito Federal.

Na alta complexidade, saímos de uma situação de descredenciamento do Hospital de base junto ao Ministério da Saúde para a realização de transplante de rins, que logo tratamos de resolver, para encerrar o ano com seguinte notícia: o DF bateu todas as metas de transplante do ano, exceção justamente a de rins, com 29 transplantes de coração, 57 de fígado, 77 de rins e 483 de córneas. Dos últimos, 89



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

procedimentos foram realizados pelo Hospital de base, que zerou pela primeira vez na sua história a fila de espera por transplantes de córnea.

Tal êxito, devemos lembrar, é mérito não só daquela unidade hospitalar, mas também do Serviço de Atendimento Móvel – SAMU, do Detran e do Corpo de Bombeiros, que dão o suporte necessário para a pronta realização das entrevistas com as famílias e captação dos órgãos.

Com o propósito de reduzir as desigualdades sociais e garantir aos moradores da Capital os direitos assegurados constitucionalmente, o Governo de Brasília pôs em prática diversas políticas públicas direcionadas a grupos específicos, tornando mais próxima a relação entre o Estado e o cidadão.

Em atenção à prioridade constitucionalmente conferida à infância e à juventude, o governo dirigiu a esse público boa parte de suas ações no campo social. Entregou à população treze novas creches em 2015 e irá entregar outras sete agora. Reconstruiu o Centro Educacional 7 de Ceilândia e iniciou a construção da Escola Verde e da Escola Técnica do Guará. Inaugurou o espaço Estude Aqui, na Cidade Estrutural, e a nova sede do Centro de Juventude de Ceilândia.

Também levou a doze localidades o projeto Caravana da Juventude Negra, voltado a inserir jovens de 15 a 29 anos no mercado de trabalho, mediante a capacitação em oficinas de tecnologia, audiovisual, inclusão digital, mídias sociais e empreendedorismo.

Implementou ainda o Programa Por Dentro dos Exames do Ensino Médio, no âmbito do qual realizou o primeiro simulado, aos moldes do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Como reflexo desse programa, que envolveu 14.463 estudantes do ensino médio da rede pública do DF, aumentou em 33%, em relação a 2014, o percentual de alunos da rede pública aprovados no Programa de Avaliação Seriada – PAS da Universidade de Brasília. Entre os aprovados, 184 estudavam no Plano Piloto, 163 na Ceilândia, 143 em Taguatinga, 83 no Gama e 71 em Sobradinho.

Tornar mais digno o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade de direitos foi outro tema tratado com prioridade pelo Executivo. Provam isso a reforma das instalações físicas dos conselhos tutelares de Brazlândia, São Sebastião, Taguatinga Sul, Gama e Park Way; a eleição e a posse de duzentos novos conselheiros com mandato para o quadriênio 2016-2019; e a implementação do projeto Esporte Acesso de Todos, que levou a prática de várias modalidades esportivas para 893 adolescentes em conflito com a lei nas sete unidades de internação do DF.

O Governo de Brasília inaugurou, no Plano Piloto, em conjunto com o Governo Federal, um equipamento inovador de proteção para mulheres em situação de violência: a Casa da Mulher Brasileira. Trata-se de espaço que integra os serviços especializados e se presta a oferecer atendimento humanizado e as condições



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

necessárias para interromper o ciclo da violência e promover a autonomia econômica das mulheres.

O GDF tornou mais digno o atendimento às pessoas com deficiência que buscam emprego formal, com a abertura da Agência do Trabalhador na estação do metrô da 112 Sul, dotada de ambiente adaptado e funcionários preparados para oferecer serviços de encaminhamento profissional, emissão de carteira de trabalho, acesso ao seguro desemprego, informações sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Também implantou no Lago a residência inclusiva para jovens e adultos com deficiência, que oferece assistência médica, terapia e alimentação, entre outros cuidados, àqueles em situação de vulnerabilidade econômica.

Na área do esporte, promoveu a 1ª Edição dos Jogos Abertos de Brasília. No plano da cultura, efetuou o pagamento de R\$33 milhões de reais do passivo do Fundo de Apoio à Cultura – FAC de 2014, e destinou outros R\$33,6 milhões de reais para os projetos selecionados em 2015. Licitou a obra de reforma do Espaço Renato Russo e retomou a do Centro de Dança, no Setor Cultural Norte, que será dotado de tratamento acústico e condições de acessibilidade.

Sras. e Srs. Deputados, em 2015 enfrentamos severas críticas pelo trabalho de combate à ocupação irregular do solo, especialmente quando fizemos cumprir decisão judicial que determina a desobstrução da orla do Lago Paranoá. Imbuídos, contudo, da firme convicção de que a área pública deve ser de todos, liberamos mais de 1 milhão de metros quadrados de terras públicas que tinham sido privatizadas de modo irregular por todo o DF. Somente para desobstruir a orla, fomos obrigados a retirar 130 mil metros de cercas e muros que impediam o acesso da população brasiliense à área pública.

Há pouco, começamos o trabalho de recuperação do conjunto urbanístico da orla, com a construção do Deck Sul, próximo à Ponte das Garças. No lugar de cercas que isolam as pessoas, instalaremos ali infraestrutura de lazer e proteção ao meio ambiente, para congregar as pessoas.

Ressaltemos, a propósito, que o trabalho de desobstrução das áreas públicas griladas é condição necessária tanto para a instalação de infraestrutura urbana, como está sendo feito em Vicente Pires e no Sol Nascente, quanto para a garantia de prestação de socorro em caso de emergência e, em última análise, de preservação da segurança pública.

Com base nessa crença, deflagramos, já nos primeiros dias do nosso mandato, a operação Levanta DF. Por meio dela, foram revitalizadas a infraestrutura nas áreas centrais de Taguatinga e de Ceilândia, nas imediações da Feira dos Importados, na Galeria dos Estados e no Setor Comercial Sul.

Trata-se dos serviços de manutenção da iluminação pública, retirada de lixo e entulho, pintura de meios-fios, limpeza de ralos e de galerias pluviais, desobstrução de bueiros e de bocas de lobo, além de melhorias na acessibilidade,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

com reparos em calçadas, rampas e escadas. Todos eles, diga-se de passagem, custeados pelos órgãos públicos envolvidos.

Houve avanços consideráveis, ainda, no campo da regularização fundiária em 2015. De um lado, a edição de lei complementar que faculta aos templos religiosos e às entidades de assistência social comprar os imóveis por eles ocupados em até 240 meses, sem juros, o que deve beneficiar cerca de 2 mil templos e entidades. Do outro lado, a aprovação de 14 projetos urbanísticos de parcelamento do solo pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano – CONPLAN – que irá favorecer, pelo menos, 50 mil pessoas diretamente.

Essas medidas são relevantes porque se reportam a áreas já ocupadas, para as quais se pode levar, depois da regularização, a infraestrutura urbana necessária à garantia de qualidade de vida e preservação ambiental.

Ao longo de 2015, o governo entregou 10,3 mil escrituras em todo o Distrito Federal e 5.152 moradias para os cidadãos inscritos nos programas habitacionais, a maioria delas situada no Riacho Fundo II e no Paranoá. Viabilizou, ainda, o registro de 12 mil lotes em São Sebastião e no Riacho Fundo II, bem como a implantação de melhorias em 270 casas da Cidade Estrutural.

Em meio às dificuldades financeiras herdadas no início da gestão, o Governo de Brasília esforçou-se para manter serviços essenciais, retomar projetos parados e investir em benfeitorias para a cidade nesse último ano.

O gasto anual com serviços, manutenção, obras de infraestrutura, saneamento e sustentabilidade superou a cifra de R\$382 milhões e foi bancado com financiamento do Governo Federal, operações de crédito e, em menor soma, com recursos do Tesouro Distrital.

Já concluímos 40 das 106 obras previstas em acordo de financiamento assinado em janeiro com o Banco do Brasil no valor de R\$500 milhões, dos quais foram liberados R\$260 milhões até o encerramento de 2015. Entre as obras concluídas, figuram o remanejamento de linhas de água e esgoto no Riacho Fundo II; a restauração de 177km de asfalto na Ceilândia Sul, no Gama, em Samambaia e no Recanto das Emas; a recuperação de calçadas em Taguatinga, Ceilândia, Brazlândia e Samambaia; a construção de estacionamento público no Setor Bancário Norte; o reforço na estrutura dos viadutos dos Eixos L e W sobre a S2; e a construção de ciclovias no Park Way, no Gama, em Sobradinho e no acesso à Vila Basevi.

Priorizamos, de início, a retomada das obras interrompidas na antiga gestão, como o reinício das obras de infraestrutura no Setor Noroeste; as obras de intensa demanda social, a exemplo da pista de caminhada do Parque da Cidade; os projetos já licitados há anos, feito o de urbanização dos setores Vicente Pires, Sol Nascente e Buritizinho; e, sobretudo, as obras voltadas a beneficiar as populações mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

vulneráveis, como também é o caso do asfaltamento e da drenagem no Sol Nascente.

Essa obra, aliás, por seu potencial de diminuir a desigualdade social, é prioridade e compromisso do nosso governo, motivo por que foi uma das primeiras a serem iniciadas em 2015. Dividida em três trechos, tem o primeiro deles em avançada fase de execução e o segundo no estágio inicial. Deverá ser concluída somente no próximo ano.

Instalamos em Vicente Pires, uma das regiões administrativas mais afetadas na época das chuvas, 1035 ligações de esgoto e um conjunto de obras de drenagem. Em dezembro passado, assinamos as ordens de serviço para a imediata continuidade das obras, com previsão de investimento de mais de R\$115 milhões na construção da rede de drenagem pluvial e pavimentação da antiga Colônia Agrícola Samambaia.

Cumprir dizer que as benfeitorias no Sol Nascente e em Vicente Pires hoje ocorrem graças ao trabalho de erradicação de construções irregulares que impediam a urbanização do local.

Com os recursos do empréstimo do Banco do Brasil, ainda construímos praças, modernizamos vias, duplicamos ruas, implementamos planos de acessibilidade, recuperamos mais de 15 quadras poliesportivas e mais de 25 parques por todo o DF, além de implantarmos o Parque Tororó e a Mata Seca.

Em 2015, foi possível desembaraçar processos e avançar em relação ao Corredor Eixo Oeste, com o Túnel de Taguatinga, e ao programa de drenagem do DF – Drenar/DF, cujas obras estão sendo contratadas. O programa consiste em redimensionar toda a rede de águas pluviais do Plano Piloto e, por meio da retenção de resíduos em bacias de contenção, melhorar a qualidade da água pluvial que segue para o Lago Paranoá. Após a conclusão dessa etapa, começará em Taguatinga o Drenar/DF 2.

Nessa mesma esfera do saneamento, foi implantado o Centro de Preservação de Água do Noroeste e foram retomadas as obras da estação de tratamento de água do Sistema Corumbá IV e a dos sistemas coletores de esgoto sanitário no Lago Sul, em Águas Lindas, no Sol Nascente e em Vicente Pires. A Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília – CAESB bancou sozinha as duas primeiras obras, mas conta com o auxílio de recursos do governo federal e do Banco Interamericano de Desenvolvimento para fazer frente ao conjunto das últimas, orçadas em cerca de R\$500 milhões.

No campo da sustentabilidade, o passo mais relevante do nosso governo em 2015 foi a retomada das obras do Aterro Sanitário Oeste, entre Samambaia e Ceilândia. A construção do primeiro aterro do DF, já em fase final, resultará no fechamento do Lixão do Jóquei, como determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A previsão é que o espaço comece a operar em agosto de 2016.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Há, porém, outras medidas do nosso governo dignas de nota, como a realização do evento Virada do Cerrado Cidadania e Sustentabilidade, o reinício dos atendimentos do Castromóvel, a retomada das obras do Jardim Burle Marx, o projeto Brasília Capital do Ipê, o plantio de mais de 1 milhão de mudas de árvores e a recente adesão de Brasília ao programa Cidades Sustentáveis.

Ao ratificar a carta-compromisso desse programa, já presente em 283 municípios do País, assumimos o compromisso de elaborar um plano de metas, com indicadores, para todos os setores da administração pública distrital e a divulgar os dados para a sociedade.

No âmbito da mobilidade, mais de 65 mil pessoas dependentes do transporte público na Ceilândia, no Riacho Fundo II e em Sobradinho II e no Gama Leste foram contemplados com a entrega de um terminal rodoviário em cada uma dessas regiões administrativas. Substituímos os velhos pontos de embarque por instalações modernas e confortáveis, medidas que estão sendo igualmente aplicadas a treze outros terminais, atualmente em obras.

Foram gastos, até o final de 2015, quase R\$ 35 milhões com as reformas e construções dos novos terminais, recurso oriundo do contrato firmado em 2008 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. No segundo semestre, reorganizamos as linhas, racionalizando os trajetos para reduzir a quantidade de trechos parecidos e aumentar a frequência de coletivos nos pontos. A medida possibilitou a ampliação do atendimento em regiões com escassez de ônibus e o ajuste da oferta e da demanda de itinerários.

Em novembro, levamos o Expresso Sul até a W3 Sul, com linhas criadas a partir dos terminais do sistema Santa Maria e Park Way. No mês seguinte, oficializamos o início da construção de quatro viadutos em Águas Claras para interligar os lados sul e norte da cidade sobre os trilhos do metrô.

Na busca de mudanças mais definitivas e sustentáveis para o modelo de transporte público da cidade, entretanto, o GDF decidiu investir na ideia dos trilhos e autorizou junto ao Ministério das Cidades a contratação de estudo para implementação da linha 2 do metrô, que cortará a Asa Norte. A criação do Veículo Leve sobre Trilhos que circulará da antiga Rodoferroviária até a Rodoviária do Plano Piloto, passando pela Esplanada, o chamado VLT Monumental, e a implantação do Trecho I do VLT da W3 Sul.

A implantação dessas medidas no futuro pode dar novas feições ao transporte coletivo no Distrito Federal. Cabe registrar, não obstante essa opção estratégica, que foi concluída em 2015 o projeto executivo do BRT Norte, obra em benefício da população de Sobradinho, Planaltina e Varjão. Além disso, quem tem carro foi beneficiado com 177 km de pistas restauradas, pois fez-se a substituição do velho asfalto por pavimento de qualidade e longa vida útil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

A DF-035, que faz entroncamento com a DF-001 recebeu nova pavimentação, com intervenção em pontos críticos entre o Lago Sul e o Jardim Botânico. O balão da ESAF, que liga as duas rodovias, foi alargado, o que deve provocar a diminuição dos recorrentes engarrafamentos nos horários de pico nas regiões do Jardim Botânico, do Lago Sul e nos condomínios.

No exercício do poder de fiscalização, foram feitas, de janeiro a novembro, 545 autuações a transportes não regulamentados, 9.071 a taxistas e 17.488 a ônibus irregulares, fora a retirada de circulação de 3.726 ônibus e o encaminhamento dos respectivos motoristas para a delegacia. Esse número representa mais do que o dobro de todas as autuações de 2014.

No que tange aos avanços relativos ao fomento da economia, o Governo de Brasília propôs uma série de medidas para tornar menos burocráticos os procedimentos de emissão de *habite-se*, alvarás e documentos congêneres com a intenção de estimular a economia da cidade e, conseqüentemente, aumentar a criação de empregos. Essas medidas foram transformadas em leis e hoje possibilitam a rápida liberação de empreendimentos imobiliários, residenciais e comerciais.

A lei que define os parâmetros de uso e ocupação do solo de oito quadras do Guará, por exemplo, beneficia moradores e empresários que esperavam pela medida havia mais de vinte anos. Além disso, retomamos as obras da sede do Parque Tecnológico, investimos 58,7 milhões em projetos de tecnologia, lançamos o programa Incluir MPE, voltado a fortalecer os pequenos negócios. Também demos início, no Bairro Bom Sucesso em São Sebastião, a regularização de terrenos localizados em áreas de desenvolvimento econômico do DF.

Em relação ao campo, foram adotadas várias políticas de desenvolvimento que beneficiaram os produtores rurais, a exemplo da concessão de financiamentos com taxas de juros negativas e da adequação do ICMS sobre produtos agropecuários. O Banco de Alimentos da Ceasa favoreceu 43 mil pessoas. Houve, ademais, o investimento de 15 milhões de reais em compras governamentais de produtos de 1,2 mil agricultores familiares.

No tocante à cidade, novas parcerias público-privadas foram estimuladas para a gestão e o desenvolvimento do espaço urbano. Nesse sentido, autorizamos a abertura de editais de chamamento público convidando pessoas físicas e jurídicas a apresentarem projetos de gerenciamento do Jardim Zoológico de Brasília, do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek, do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, da Torre de TV de Brasília, da Torre de TV Digital, da Granja do Torto, da Transbrásilia, do Parque Tecnológico Capital Digital e do serviço de iluminação pública. Ao todo, 52 empresas responderam ao chamamento e apresentaram 33 propostas, que agora estão sendo analisadas pelo Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e pela Secretaria de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Uma das estratégias eleitas para fomentar o desenvolvimento da economia local foi a inserção de Brasília na rota mundial de grandes eventos, especialmente nas áreas do empreendedorismo e da tecnologia. O governo conseguiu garantir, por exemplo, que a Capital do País sedie a Campus Party de 2017, evento que reunirá instituições de ensino, jovens, empreendedores e cientistas, além de milhares de entusiastas de novidades tecnológicas. Eis uma oportunidade única para mostrar, num dos maiores festivais de tecnologia do mundo, que Brasília quer empreender e inovar.

Por último, mas não menos importante, merece nota o enorme esforço que o Governo de Brasília tem feito com vistas a construir uma agenda de desenvolvimento não só para a cidade de Brasília, mas também para a região do Brasil Central e mesmo para todo o País.

Celebramos com os governadores dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rondônia o Protocolo de Intenções para a constituição do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, um modelo institucional de cooperação interfederativa com o formato de autarquia. O órgão, criado em outubro último, tem por objetivo implementar ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Brasil Central, de maneira sustentável e competitiva, com foco nos seguintes setores: agropecuária, infraestrutura e logística, industrialização, educação, empreendedorismo, inovação e meio ambiente.

Também articulamos a realização de um encontro mais amplo de governadores para debater o ambiente econômico do País e construir uma agenda comum que ajude os estados a superar a crise nacional. Esse encontro teve lugar na Residência Oficial de Águas Claras – ROAC em dezembro passado e contou com a presença dos governadores dos Estados de São Paulo, de Pernambuco, de Minas Gerais, de Goiás, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Piauí e do Tocantins, além do Vice-Governador do Maranhão.

O encontro se transformou na primeira reunião mensal do Fórum Permanente de Governadores, criado na ocasião, e foi seguido de reunião no Ministério da Fazenda. Ali, entregamos ao chefe da pasta a agenda elaborada, que continha os seguintes pleitos: autorização para a retomada das operações de crédito nos estados; utilização dos recursos de compensação previdenciária a que os estados têm direito para abater as dívidas deles com a União; rediscussão do refinanciamento das dívidas com a União; repasse da competência para cobrança a planos de saúde de pacientes atendidos na rede pública; criação de um fundo garantidor federal para promover parcerias público-privadas; prorrogação, de cinco para dez anos, dos prazos para o pagamento dos precatórios e a aprovação do uso de parte dos recursos de depósitos judiciais para esse fim – a chamada PEC dos Precatórios.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Em sequência a essa reunião, o governo federal estabeleceu novas regras para a correção das dívidas estaduais com a União. Isso significou, na prática, a redução de 180 milhões de reais no total da dívida do DF e uma economia mensal aos cofres distritais de R\$2,1 milhões.

Temos a expectativa de que ainda sejam criadas agendas de médio e longo prazos a fim de que se construa uma agenda positiva para o Brasil e que se contribua para as reformas estruturais fundamentais à retomada do crescimento.

Ontem, dia 1º de fevereiro, ocorreu a segunda reunião do Fórum Permanente de Governadores, também na ROAC, desta feita com a presença de vinte governadores e cinco vice-governadores. Após o encontro, fomos até o Senado Federal, onde nos reunimos com o Presidente da Casa, a quem solicitamos apoio para a aprovação da PEC dos Precatórios.

Ações para 2016. Este ano, começamos a executar o plano de estratégias que formulamos para resgatar o orgulho de viver Brasília, devidamente espelhadas na Lei Orçamentária Anual de 2016, cuja estruturação busca assegurar o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda e a gestão estratégica das ações governamentais.

Elaborada com apuro técnico, responsabilidade fiscal e participação da sociedade, a LOA de 2016 observa os limites constitucionais relativos às despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino e com ações e serviços públicos de saúde. Respeita, ainda, as prescrições de apoiar a ciência, a tecnologia e a cultura; de priorizar a destinação de recursos para ações que envolvam crianças e adolescentes e de manter reserva de contingência.

Nesse sentido, oferece cobertura para a reforma de espaços culturais, a construção de centros de atendimento e assistência social, a construção e reforma de unidades educacionais e de unidades de saúde, a construção do bloco 2 do Hospital da Criança, a urbanização dos Condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente e da cidade de Vicente Pires, a implantação de corredores de transporte, a ligação Torto-Colorado, o trevo de acesso à região norte, a expansão das linhas do metrô, a implantação de ciclovias e a implantação e manutenção do Setor Habitacional Jardins Mangueiral.

Na LOA de 2016, estão descritas as 80 obras a serem executadas nas diversas regiões administrativas com os R\$258 milhões relativos à segunda parcela do financiamento feito com o Banco do Brasil em janeiro do ano passado.

Parte do recurso será destinada à recuperação da malha asfáltica em todo o Distrito Federal, que não se limitará às operações tapa-buraco. O objetivo central é substituir o asfalto velho por pavimentos de qualidade e de longa vida útil.

Outra parte do recurso será utilizada para retomar a recuperação e execução de calçadas em doze localidades. O conforto deverá chegar aos pedestres da Fercal,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

do Gama, do Jardim Botânico, do Núcleo Bandeirante, de Planaltina, do Recanto das Emas, do Riacho Fundo I, de Samambaia, de Santa Maria, de São Sebastião, de Sobradinho e de Sobradinho II.

Haverá benefícios também para quem usa a bicicleta como meio de transporte ou para lazer. O recurso milionário vai financiar a construção de ciclovias em trechos da DF-290, rodovia que liga o Gama a Santa Maria; da DF-087, que conecta a Estrutural a Vicente Pires; e da Estrada Parque Taguatinga (EPTG).

Os moradores de unidades habitacionais do programa Morar Bem, vinculado ao Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, no Recanto das Emas e no Riacho Fundo II serão contemplados com a chegada de infraestrutura: reformas de praças, pavimentação, instalação de redes de água e de esgoto, entre outras benfeitorias.

Ademais, serão feitas obras de drenagem na comunidade do Pôr do Sol, em Ceilândia, e deverão ser assinadas as ordens de serviço para as benfeitorias – que incluem esgoto, drenagem, pavimentação e instalação de meio-fio – no Trecho 2 de Vicente Pires, no Trecho 3 do Sol Nascente e no Buritizinho, em Sobradinho.

Outro projeto que será tocado em 2016 é a reforma do Museu de Arte de Brasília, no Setor de Hotéis e Turismo Norte. Aprovada pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF, a obra custará cerca de R\$2,8 milhões e será coordenada pela Casa Civil, em parceria com as Secretarias de Cultura e de Infraestrutura e Serviços Públicos. Os recursos virão da Agência de Desenvolvimento do DF – TERRACAP. Entre as medidas previstas para o local, fechado desde 2007, estão a adequação à acessibilidade e a instalação de banheiros, novas saídas de emergências, espaço *gourmet*, elevadores e auditório.

A LOA de 2016 ainda prioriza recursos para ações dos programas DF sem Miséria, DF Alfabetizado, Fábrica Social e Viva a Vida sem Drogas, além de oferecer cobertura a outros programas de assistência social e de proteção à criança, ao adolescente, ao jovem, aos idosos e às pessoas com deficiência.

Principais desafios. Muitos são os desafios que precisamos vencer neste e nos próximos anos para alcançarmos os objetivos e as metas aqui enunciados. Sem poder mencionar todos, limito-me a destacar apenas alguns, por seu valor simbólico e potencial de impacto no sentido de alterar a realidade existente.

Equilibrar as contas, voltar aos limites da responsabilidade fiscal, honrar os reajustes salariais concedidos, informatizar processos e otimizar sistemas, fazer gestão de competências e garantir formação continuada aos quadros do Governo do Distrito Federal são alguns dos desafios que vislumbro na área da gestão.

No campo da educação, vejo como desafio a ampliação do acesso à educação infantil e da implementação da educação em tempo integral, a melhoria da infraestrutura nas unidades de ensino, a redução do absenteísmo docente, a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

erradicação da violência nas escolas e a garantia do aumento de investimentos no setor, conforme prescrito no PDE.

No que toca à segurança pública, os desafios são intensificar as ações do Pacto pela Vida, para manter em queda os índices de criminalidade, aprofundar a cultura de paz, repor o efetivo e fazer a polícia cidadã referência para o Brasil.

Em termos de gestão de território e política urbana, configuram desafios postos à desobstrução das áreas públicas griladas, a produção de unidades habitacionais nas localidades mais carentes, a regularização fundiária das áreas já ocupadas e a regulamentação das atividades culturais nos bares.

Mudar o foco de atenção para a saúde básica, implementar o modelo de gestão descentralizada e regionalizada, viabilizar a gestão eficiente dos recursos humanos, manter estáveis os estoques de insumos, aperfeiçoar o controle da logística, erradicar o mosquito *Aedes Aegypti* e buscar parcerias para melhorar o atendimento são alguns dos desafios que se apresentam no campo da saúde.

Constituem desafios ainda dignos de nota a implementação do Projeto Orla, a formulação de um novo Código de Obras, a desativação do Lixão do Jóquei e recuperação da área, a construção de centros de triagem e recuperação de resíduos, a construção e a recuperação de calçadas por todo o DF, a instalação de veículo leve sobre trilhos e a ampliação da cobertura do metrô, bem como do sistema de drenagem pluvial.

Neste instante, eu me dirijo ao Presidente em exercício. Senhoras e Senhores Deputados, são grandes as dificuldades para a superação de todos esses desafios, porém, quanto maiores são as dificuldades, maior é nossa convicção de que podem ser superadas à custa de trabalho, dedicação e, principalmente, muita união entre todos nós.

Destaquei, nesta exposição, os pontos desse primeiro ano de governo que me parecem mais importantes. Indiquei avanços palpáveis quanto ao legado que pretendemos deixar em 2019, qual seja: aumentar a qualidade de vida e reduzir a desigualdade social, conquistar a confiança da população e tornar Brasília modelo de cidade sustentável. Fiz aqui uma apertada síntese do nosso trabalho, pois em verdade já temos um vasto rol de medidas práticas mostrando que o progresso é real e pode ser documentado.

Ao longo desse ano de mandato, atuamos com transparência, sem esconder números e informações, porque entendemos que informar é obrigação do Estado. E sabemos que, para prosseguirmos por este caminho, é preciso perseverança, uma vez que os resultados não aparecem da noite para o dia. Perseverança não nos falta.

Confio na capacidade de realização dos agentes públicos e de nossa gente, pois moro em uma cidade que materializa isso. Confio, também, na solidariedade do povo brasileiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Reafirmo a confiança depositada naqueles a quem esse povo escolheu para representá-lo nesta Câmara Legislativa, na certeza de que não faltarão empenho, discernimento e, acima de tudo, espírito público para a adoção das medidas necessárias ao desenvolvimento sustentável de Brasília.

Carrego comigo a certeza de que ninguém faz nada sozinho e, por isso mesmo, tenho a convicção de que, juntos, construiremos uma nova forma de viver, construiremos um ambiente de empreendedorismo e de inovação, construiremos qualidade de vida para esta e para as próximas gerações.

Os imensos desafios vislumbrados não são maiores do que nossa disposição de servir a Brasília. Celebramos, Executivo e Legislativo distritais, um pacto pela cidade e temos trabalhado juntos pelo seu cumprimento, com postura ativa, firme, austera, solidária, propositiva e eficiente. Mais uma vez, agradeço a esta Casa o relacionamento de respeito, independência e entendimento mútuos.

Inegavelmente, somos todos brasilienses por nascimento ou por adoção, parte da mesma odisseia, e saberemos superar juntos a gravíssima situação econômica de hoje, pois ela nos oferece a oportunidade de mudar o rumo torto da história de Brasília no sentido da efetiva realização dos sonhos de Dom Bosco e Juscelino.

Façamos, então, como ensina o poeta Drummond: não nos afastemos, sigamos juntos!”

Essa é a mensagem do Governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg. Peço desculpas pelo início um pouco conturbado da minha leitura. Ainda não estou acostumado com a necessidade da utilização de óculos. À medida que a minha vista se adequou ao tamanho da letra, pude proceder à leitura com maior tranquilidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Agradeço, Secretário Sérgio Sampaio. Só estranhei quando V.Exa., ao concluir, disse que essa era uma apertada síntese. Realmente, pareceu-me que não foi tão apertada e muito menos síntese, não é? Contudo, de toda sorte, era necessária. Agradeço a presença de V.Exa.

SR. SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA – Sr. Presidente, só uma última coisa. Eu queria dizer que o Governador Rodrigo Rollemberg me pediu que transmitisse aos senhores a sua disposição e o desejo de estar aqui hoje, mas, em função de compromissos decorrentes dessa agenda com os governadores – que, inclusive, levaram a alguns desdobramentos no dia de hoje –, infelizmente, não foi possível a presença dele. Porém, transmito aqui o apreço de S.Exa. a esta Casa, a esta instituição que consideramos basilar à democracia brasiliense e à democracia brasileira.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Muito obrigado, Secretário. Agradeço a presença de V.Exa., que fica convidado, se assim desejar, a permanecer. Sei da sua agenda apertadíssima. Aliás, daqui a pouco, deve nos receber lá. Eu vou, inclusive, levá-lo. Só vou reabrir a sessão e passar a Presidência para o Deputado Prof. Israel.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel).

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Duas rápidas observações, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, solicito que a assessoria nos encaminhe o texto dessa mensagem. Confesso que procurei acompanhar da melhor forma possível, mas perdi muita coisa. Preciso ter uma leitura mais detalhada, principalmente da parte inicial. Então, eu pediria à assessoria que encaminhasse cópia desse documento, da mensagem do Sr. Governador a esta Casa, para o ano de 2016.

Sr. Presidente, fico muito feliz em poder dizer que V.Exa., além de Deputado, é professor, pois a segunda questão trata, basicamente, de uma componente do quadro de liderança do movimento sindical dos professores que veio a óbito no Distrito Federal, nesse início de ano: a companheira Isabel Portuguese. Quero registrar aqui o pesar da nossa bancada, composta por mim, pelo Deputado Chico Vigilante – que a acompanhou de perto – e pelo Deputado Ricardo Vale.

Como ela era uma pessoa extremamente conhecida por todos os Deputados, creio que todos nós iremos associar-nos em uma manifestação de solidariedade à família, nesse momento de convalescença por que estão passando. Em uma outra oportunidade, queremos registrar aqui uma lembrança à sua memória e à sua contribuição na luta dos aposentados. Então, faço esse registro antes do encerramento do dia de hoje aqui no plenário da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Deputado Wasny de Roure, acato a solicitação de V.Exa. e informo que a carta enviada pelo Governador será colocada no Diário da Câmara Legislativa, e a assessoria de plenário vai encaminhá-la aos gabinetes dos Deputados.

Também me associo a V.Exa. no pesar pela morte da professora Isabel Portuguese, conhecida de todos nós que lutamos por essa causa da educação. Eu me somo e creio que os Deputados também se somam a esse lamento.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Bem rapidamente, parabeno o Secretário Sérgio Sampaio, que esteve aqui e trouxe a mensagem do Governador. Também gostaria de aproveitar esse momento, antes que se encerre a sessão, para parabenizar a *Rede Record* de televisão, porque, na última quinta-feira, ocorreu a estreia do filme *Os 10 Mandamentos* em todos os cinemas do Brasil e aqui em Brasília.

Na oportunidade, tivemos vários Deputados desta Casa presentes – Deputado Chico Vigilante, Deputado Rodrigo Delmasso, Deputado Wasny de Roure, Deputado Rafael Prudente, que compareceram, realmente mostrando que a gente deve investir na produção local.

A *Rede Record* de televisão fez um investimento 100% local, não precisou de nenhuma verba governamental. Geralmente as empresas vão até a Ancine e ao Ministério da Cultura, que disponibilizam verbas, mas a *Rede Record*, de forma muito competente, investiu.

Só na pré-estreia, Presidente, estiveram presentes aproximadamente 3 milhões e 200 mil pessoas. Então, realmente *Os 10 Mandamentos* é um filme a que eu recomendo a todas as pessoas que assistam. Ficam aqui os meus parabéns, e que venham mais filmes como esse. Parabéns à *Rede Record* de televisão.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Presidente, rapidamente, quero só parabenizar a mensagem trazida pelo Secretário Sérgio Sampaio, que demonstra que existe gestão. Eu fiquei muito satisfeito com a apresentação. Ela demonstra que nós temos norte, que nós estamos no caminho correto e que o Governador tem coragem de tomar as decisões para que possamos retomar o rumo do crescimento no Distrito Federal. Como foi apresentado, em 2016, nós temos um planejamento, uma meta. Que Deus abençoe para que possamos atingi-la. Nesta Casa, ficou demonstrado que 2015 contribuiu de forma decisiva para que possamos minimizar os problemas da nossa sociedade.

Não poderia deixar, meu Presidente, Deputado Julio Cesar, nosso Líder, de registrar o grande desempenho de V.Exa. como Líder do Governo nesta Casa. Eu me senti muito bem representado. A forma com que V.Exa. conduziu a liderança demonstrou sabedoria, equilíbrio emocional. Eu tenho certeza de que em 2016 estaremos trabalhando de forma conjunta para que o nosso Distrito Federal e a nossa população possam verdadeiramente usufruir da cidade que nós queremos. Como disse o nosso secretário, orgulho de viver em Brasília. Obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Julio Cesar.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Roosevelt Vilela.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputados, senhoras e senhores, eu quero me somar a essa indignação com o que aconteceu na escola Rogacionista do Guará. Quero dizer que, num caso extremo como o que estamos vivendo, a violência que explode no Brasil inteiro, é preciso realmente ter policiamento nas ruas, mas a gente precisa entender que esse é um tema que tem suas origens muito mais profundas e que o problema precisa ser atacado, o mal precisa ser cortado pela raiz. Ninguém aqui discorda de que nós temos um déficit no policiamento, de que nós precisamos de nomeação de policiais civis, de policiais militares, mas nós precisamos entender que essa é uma situação muito grave, muito anterior.

Nós estamos em uma época em que os pais têm tido medo de enviar os seus filhos para as escolas. Nós temos uma situação tão grave, Deputado Chico Leite, que hoje o primeiro contato do adolescente, da criança com entorpecentes, com tabaco, com álcool, com a gravidez precoce, se dá na escola. Essa é a pior das subversões que nós podemos viver em uma sociedade, porque no dia em que a sociedade tiver medo de enviar seus filhos à escola, nós perdemos a esperança.

E é isso que está prestes a acontecer. A gente tem que colocar a meninada na escola. Falar de derrubada da maioria penal é optar por uma solução simples, simplista. Nós precisamos dar ocupação para essas pessoas, para esses meninos. Nós precisamos de uma escola que seja diferente da que temos hoje. A escola que nós temos hoje não é respeitada. E não é respeitada por um motivo muito simples, Deputado Julio Cesar, ela não parece merecer respeito.

A gente diz que a escola é um lugar importante. A criança chega e não vê que a escola é um lugar importante. A começar pela fachada das nossas escolas públicas. Se você vai às ditas de respeito, o respeito começa com o que você vê, com o que você enxerga, porque, para uma criança, não adianta falar que a escola é importante, ela tem que ver que é. É por isso que você vai às escolas dos ricos, e a fachada demonstra a importância da escola. Ninguém precisa explicar isso para aquelas crianças bem-nascidas, Deputado Roosevelt Vilela.

Nós também costumamos dizer que o professor tem que ser respeitado, que o professor é importante, que ele é fundamental para a sociedade, mas os nossos estudantes também não conseguem enxergar a importância do professor. Porque, se um professor de Física é mesmo tão importante, porque é que, em algumas escolas, não temos professores de Física durante um bimestre ou um trimestre inteiro? Então, não adianta dizer que é importante, a gente precisa mostrar que o professor é importante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Hoje nós temos falta de orientadores educacionais nas escolas do Distrito Federal. Hoje nós temos falta de professores. Existem concursos públicos que ainda estão dentro da validade, com profissionais que precisam ser nomeados. Essa nomeação não é pelos professores concursados, essa nomeação é necessária em favor das crianças, dos adolescentes, dos estudantes. Há vagas ociosas, e há professores concursados, aprovados que precisam e devem ser nomeados. Porque aí a gente não diz que a educação é importante, aí a gente mostra que ela é realmente importante.

Nós vivemos um cenário de violência que nasce na indisciplina escolar. Hoje temos professor tetraplégico por violência estudantil; hoje temos professores mortos nas escolas e temos estudantes mortos em sala de aula. E tudo isso começa pela indisciplina escolar. É que a nossa sociedade, traumatizada com os anos da ditadura, passou a entender autoridade como um defeito, mas é preciso resgatar a autoridade do professor, sim! Assim como precisamos resgatar a autoridade das famílias também.

Parece um discurso conservador, mas é o discurso corrente nos países mais avançados e ditos liberais do mundo. No fundo, o que nós temos feito com a educação brasileira desde os anos 80 foi transformá-la numa educação permissiva, criando uma nova geração de jovens infantilizados, irresponsáveis, indisciplinados e violentos.

Por isso eu apresentei aqui na Casa a Lei de Proteção ao Professor, que é um passo para que a gente abandone esse trauma que nós temos da autoridade e para que a gente possa colocar a educação nos trilhos neste País, porque a educação pública brasileira já foi boa um dia.

Então, antes de falarmos em mudança da legislação, antes de encararmos o problema a partir do ataque às consequências do verdadeiro problema, nós temos que solucionar as questões mais profundas, que têm gerado tanta violência na sociedade brasileira. Se a nossa escola funcionasse, se os professores fossem respeitados e se a escola mostrasse que é importante – e não tentasse se convencer da sua importância –, nós certamente não precisaríamos investir tanto em policiamento, em presídios e em medidas que cuidem das consequências, e não das causas, dos verdadeiros problemas do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Agradeço ao Deputado Prof. Israel.

Dando continuidade ao Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero parabenizar o Deputado Prof. Israel. Em poucos minutos, confesso, sinceramente, que nunca tinha ouvido uma discussão tão profunda e objetiva na questão da educação. V.Exa. tocou em pontos nevrálgicos de forma sincera e frontal.

A gente tem que sair da retórica de que “o professor, o professor, o professor...” Efetivamente, nós não estamos avançando. E sobre a questão da autoridade dentro da sala de aula, assim como eu falei inicialmente que nós temos que reforçar a autoridade do policial militar no combate ao crime, nós temos que reforçar também a autoridade do professor dentro da sala de aula, bem como da família no seio de suas casas.

Deputado, fiquei impressionado. Já sabia da sua capacidade e do seu envolvimento com a educação, e agora pude comprová-los. Meus parabéns!

Conte sempre com o meu apoio e com a minha solidariedade na questão da educação.

Meus parabéns!

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acompanhei com cuidado a mensagem encaminhada pelo Governador Rodrigo Rollemberg e lida pelo Chefe da Casa Civil.

Primeiro, acho que há alguns pontos fundamentais a serem questionados.

O Governo, Deputado Chico Leite, insiste numa mentira, que é a história do déficit de 6 bilhões de reais. E nós já provamos que não havia déficit.

O governo mentiu aqui, Deputado Robério Negreiros, quando coloca como obra realizada por ele – e eu vou citar um fato concreto; depois trarei mais –: a reconstrução do Centro de Ensino 7 da Ceilândia Norte. E é mentira! O Centro de Ensino 7 de Ceilândia Norte foi licitado em 2014/2013. É uma obra que terminou em 2014, ficou praticamente pronta, faltava pintar uma quadra e uns meios-fios por lá. Quando ele assumiu, já estava funcionando. As creches elencadas aqui não foram construídas pelo Governo Rollemberg, elas foram construídas no Governo Agnelo.

Mas há mais, Deputado Chico Leite: o Governador não cita uma vírgula a respeito da cidade tomada pelo mosquito da dengue, o que foi inoperância da saúde do Distrito Federal. Nós estamos com uma calamidade pública. O Distrito Federal vive a mais longa emergência da nossa história. A Secretaria de Saúde já dá para ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

chamada de Secretaria de Emergência, porque foi decretada emergência desde o primeiro dia de governo e continuamos em emergência, um ano e um mês depois.

O governo não diz por que está devendo às empresas prestadoras de serviços, cujos trabalhadores todo mês têm que fazer greve para poderem receber.

O governo fala da construção das casas, a exemplo das creches, como se ele tivesse construído as casas e os apartamentos. E não foi.

Portanto, Srs. Deputados, acho que o governo tem que ter cuidado com o que escreve, porque senão não tem credibilidade, cai no descrédito. Põe no papel o que não é verdade.

Veio falar em desburocratização, mas não teve coragem de dizer quantos alvarás foram liberados durante um ano. Foi quase nada de alvarás.

Mas existe situação mais grave. Eu conversava há pouco com a Presidente do Sindicato da Saúde do Distrito Federal, fui procurado por um grupo de servidores. O Deputado Chico Leite, que, além de Deputado, é Promotor de Justiça, sabe que é muito grave o que está acontecendo na saúde. Servidores estão se autoexterminando. Deputado Raimundo Ribeiro, é grave. Em função do endividamento, as pessoas estão terminando, acabando com a própria vida. Isso não chama a atenção dessa cidade? Porque as pessoas se endividaram achando que iam ter um reajuste, não tiveram e estão devendo para o BRB. Há gente que está tendo 100% do salário tomado pelo BRB.

Portanto, essa Casa colaborou, e colaborou muito. Nós colocamos 1 bilhão e 500 milhões a mais no cofre do GDF para 2016. Agora, não podemos aceitar essa arrecadação a mais que ele vai ter. Nós liberamos dinheiro do Iprev para pagar os trabalhadores. Ele se comprometeu a pagar os prestadores de serviço e não pagou.

Não dá para chegar aqui com esse amontoado de coisas que nos foram entregues que não são verdadeiras. Falaram aqui, Deputado Raimundo Ribeiro, que tinham reduzido a violência, quando V.Exa. e uma série de Deputados mostraram aqui, antes da leitura da mensagem, que, ao contrário, a violência aumentou.

Brasília, hoje, Deputado Chico Leite, Deputado Roosevelt Vilela, é uma das cidades mais violentas do Brasil, ela está com medo. A única coisa que o Governo Rollemberg fez foi democratizar, infelizmente, a violência no Distrito Federal, porque hoje ela atinge da Ceilândia, do Sol Nascente, ao Lago Sul.

Esta cidade está tomada pela violência porque há uns burocratas dentro daquela Secretaria de Segurança – e V.Exa., que é bombeiro, sabe, Deputado Roosevelt Vilela –, que não são do ramo. Estão filosofando. Disseram que iriam implantar um modelo em Brasília que deu errado em Pernambuco. Estão filosofando, não se faz segurança pública com filosofia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

E aí vem a questão da insatisfação geral da população do Distrito Federal. Se pegarmos os documentos encaminhados e espremê-los, não sobra quase nada. É um amontoado de intenções. É como se ainda fosse candidato! Quando o cidadão é candidato, pode fazer uma série de promessas; agora, o governo Rollemberg já está há um ano e um mês... E parece que eles ainda não tomaram posse. Um ano e um mês depois não tomaram posse! Isso é lamentável!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Consulto se além do Deputado Roosevelt Vilela mais algum Deputado quer fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Serei rápido. Deputado Chico Vigilante, longe da minha intenção contrapô-lo, a minha intenção é somente esclarecer a questão do déficit. Também não quero colocar uma cortina em cima de problemas. Há problemas, sim, e, independentemente do meu partido, da minha posição, temos de enfrentá-los de forma madura. Este é o primeiro passo para resolvê-los.

Quanto à segurança pública, eu corroboro com praticamente todas as questões, mas temos de entender que o fato ocorrido hoje, embora lamentemos por ser uma tragédia, não representa a visão de um modo geral. São questões que estamos enfrentando no dia a dia em Brasília e em todo o Brasil, são várias tragédias de comoção social e da mídia de um modo geral.

Eu visualizo que a segurança pública tende a melhorar, só que segurança pública, saúde, infraestrutura, etc., têm de ser feitas, Deputado Chico Vigilante, com especialistas. E concordo que tolerância com a criminalidade tem que ser feita por meio da área social. Quem está ligado diretamente à segurança pública tem de tratar a violência com rigor. O policial não está aqui para fazer social, o policial está para combater, e é por isso que ele está com a arma na cintura. Não sou adepto da violência, mas o combate ao crime tem de ser feito na mesma proporção com que a sociedade está sendo vítima da violência.

Com relação às obras, V.Exa. me desculpe, mas em nenhum momento o Secretário falou sobre obras realizadas pelo Governo Rollemberg, ele falou obras realizadas pelo Governo de Brasília, e governo tem continuidade. O próximo governo que vier – espero e entendo que será o Governo Rollemberg – dará uma continuidade. Houve o governo passado, este é um governo novo, e assim sucessivamente.

Muito pelo contrário, já presenciei diversas vezes o Governador Rollemberg fazer referências a obra que veio do governo passado. Um exemplo aconteceu na entrega de mais de mil apartamentos no Riacho Fundo II, onde o Governador fez questão de dizer que é uma obra do Governo Federal, da Presidente Dilma, com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

colaboração do Banco do Brasil, etc. O Governador não tem a pretensão de tirar o mérito de ninguém.

Com relação à calamidade da dengue e toda essa questão, Brasília não se dá ao luxo de ser a única, os outros estados estão muito piores. Brasília não é diferente. Acredito e entendo que Brasília tem condições melhores de combater o *Aedes Aegypti* para evitar que se proliferem a dengue, a zika e a chikungunya. O mosquito é potente, mas Brasília pode avançar nisso. Semana passada visitamos a Diretoria de Vigilância Ambiental em Saúde e tivemos a oportunidade de conhecer e saber que os nossos técnicos estão no maior nível, no que diz respeito ao combate a vetores de um modo geral.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Eu gostaria de fazer uma correção da leitura do expediente na sessão de hoje: onde foi lido projeto de lei de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a alteração na Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências”, retifico que a proposição é um projeto de lei complementar.

E onde foi lido projeto de lei de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “susta os efeitos do inciso V, do artigo 2º, do Decreto nº 36.900, de 23 de novembro de 2015, que regulamenta a Lei nº 5.146, de 19 de agosto de 2013, que *estabelece diretrizes para a promoção a alimentação adequada e saudável nas escolas*”, retifico que a proposição é um projeto de decreto legislativo.

Concederei a palavra ao Deputado Chico Vigilante e, logo após, ao Deputado Julio Cesar e ao Deputado Cristiano Araújo.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o meu pronunciamento trata do seguinte: quando nós votamos aqui no dia 15 de dezembro, houve alguns projetos – projetos de Deputados e até mesmo do Executivo – que tiveram algumas incorreções. Inclusive, um projeto de minha autoria, e a cidade inteira está mobilizada a respeito, que é o Projeto de Lei Complementar nº 5, que trata dos postos de gasolina em supermercados.

Portanto, eu queria pedir para V.Exa., que está presidindo a Casa, para pautar na sessão de amanhã todos esses projetos que estão necessitando de correções. O nosso Secretário da Mesa, Marcelinho, com sua equipe, que é competente, já tem tudo isso elencado para que possamos votar a correção amanhã e, em seguida as matérias poderem ir à sanção do Governador.

Dito isso, eu queria lembrar ao Deputado Roosevelt Vilela, que há um contraponto importante. Amanhã vou trazer dados aqui a esta tribuna de uma situação muito grave, Deputado Cristiano Araújo. O Governo do Distrito Federal, no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

ano de 2015, não aplicou um centavo da vigilância ambiental para combater o mosquito da dengue. E, à medida que não combateu os ovos, os mosquitos nasceram; e, à medida que eles nasceram, estão infestando o Distrito Federal.

Portanto, não gastaram o dinheiro. O dinheiro voltou ao Ministério da Saúde. O que é grave, gravíssimo! Eu disse até que a equipe que estava na Secretaria de Saúde que cometeu esse crime deveria estar presa, porque tem gente morrendo de dengue, e eles não gastaram, Deputado Raimundo Ribeiro, quase um centavo! A da vigilância ambiental mesmo ficou 100% sem gastar. É grave!

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Ok, Deputado Chico Vigilante. Já pedi à Secretaria da Mesa que proceda às correções. Eu faço um apelo aos Deputados que porventura tenham seus projetos de alguma forma com esse pequeno problema que amanhã estejam na sessão para que possamos ter o quórum suficiente, como sempre.

Eu vou inverter a ordem aqui, Deputado Julio Cesar, porque o Deputado Cristiano Araújo, até por questão cronológica, tem preferência sobre V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço V.Exa., pela concessão, e o Deputado Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, porque o assunto que vou mencionar aqui é pertinente ao tema de que estamos tratando, por isso pedi a preferência na fala.

Esse dado que o Deputado Chico Vigilante trouxe é real. O Subsecretário de Vigilância Sanitária, Deputado Raimundo Ribeiro, não investiu... O dado que eu tinha também é preocupante – diferentemente de ter sido zero, como falou o Deputado Chico Vigilante –, pois foi executado apenas 6% do orçamento. Sendo zero ou seis, a execução é pífia diante do problema que estamos vivendo. Então, este é o primeiro problema: a inoperância do Subsecretário. Eu não sei quem é o Subsecretário, mas realmente foi inoperante, e isso trouxe vários prejuízos à população.

A segunda coisa, Deputado Raimundo Ribeiro, que acho importante dar como sugestão ao Secretário, é fazer a política de investimento no Entorno. Os casos mais graves de dengue aqui do Distrito Federal estão em Brazlândia, ali na Rajadinha – ali é um foco sério, e é considerado Entorno –, Santa Maria e Gama, que fazem divisa com Valparaíso, e, para o lado de cá, Planaltina de Goiás. Então, se não houver a política de investir no Entorno, não vamos conseguir diminuir os casos aqui.

A terceira coisa que também acho importante, Deputado Raimundo Ribeiro – e esse governo deve considerar isso –, é que, no governo passado, foi muito criticado um tipo de teste da dengue, Deputado Roosevelt Vilela, o S1N2. Esse teste verifica na hora se há presença ou não da dengue. O governo, por motivo de economia, uma economia pequena, voltou a comprar o teste S1, que é um teste um pouco mais barato. Esse teste tem que ser levado ao Lacen. O Lacen leva de 4 a 10



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

dias para verificar isso e acaba não controlando, Deputado Raimundo Ribeiro. Ou seja, é uma economia que, a meu ver, não está sendo economia, porque traz prejuízo. O custo para a saúde final de uma pessoa doente, picada, é muito maior. Então, como sugestão ao Secretário, peço para analisar esse caso.

Outra coisa também foi a quantidade. O que estou trazendo aos nobres Deputados, naturalmente, são informações que tenho lido na mídia. Estávamos em recesso, então procurei ler muito. Temos acompanhado. Estamos falando de um caso de saúde nacional, a OMS decretou estado emergencial nacionalmente, e o que me preocupou foi a quantidade, Deputado Raimundo Ribeiro. Falou-se em comprar 30 mil testes, que não cobrem nem a Vila Cauhy, que é pequenininha, onde houve agora as enchentes, Deputado Roosevelt Vilela, uma região sua. Então, seria bom que o Secretário revisse essas quantidades e também considerasse a possibilidade de comprar esse teste, porque ele é mais rápido.

Sei do esforço do Governador, e estou falando isso aqui em plenário. Conversei com o Governador e S.Exa. me disse que estão os Bombeiros, o Exército e o próprio pessoal da Secretaria de Saúde num esforço grande do governo. Mas eu acho que é preciso que o Secretário Fábio Gondim, Deputado Julio Cesar, reveja essas questões, porque é importante combater. Brasília nunca passou por isso. É óbvio: choveu mais? Choveu mais. Ano passado, nessa época, choveu 100 milímetros e já estamos em 300. Tudo bem, mas o governo tinha que se preparar.

Sintetizando, o Subsecretário não executou nada, Deputado Julio Cesar. Isso está comprovado pelos relatórios do Siggo. Segundo, a questão do combate no Entorno acho que é fundamental. Terceiro, a solução mais moderna. E quarto, a quantidade. É fundamental que o Secretário de Saúde pense nisso, senão vamos continuar com esse problema.

Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro, pela oportunidade. Obrigado, Deputado Julio Cesar, pela oportunidade de falar.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar, Líder do Governo.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, bem rapidamente, quero agradecer ao Deputado Cristiano Araújo pelas palavras, ao Deputado Roosevelt Vilela. É pena que o Deputado Chico Vigilante não está mais em plenário. Geralmente é assim mesmo: fala, vai embora e acaba não ouvindo o que a gente diz.

Na verdade, eu ouvi o discurso e gostaria de perguntar algo. S.Exa. disse que o governo tem um ano e um mês à frente de Brasília. Se olharmos o PT, que administrou esta cidade por quatro anos, o que ele fez pela cidade, principalmente na área de saúde? Foi dito: essas pessoas que fizeram têm que ser presas. E os gestores da gestão passada, que deixaram a Secretaria de Saúde num caos? Eu lembro perfeitamente disso, porque fiz parte do governo e vi, de fato e de verdade,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

problemas da antiga gestão. Já foi até suscitada nesta Casa a possibilidade de se abrir CPI. A CPI do Transporte foi aberta, cogitaram a CPI da Saúde. Por que isso? Por conta de problemas que foram detectados lá atrás. No dia de amanhã, S.Exa. disse que vai trazer dados.

Acho que realmente o Governo do Distrito Federal precisa melhorar, sim. Não podemos tapar o sol com a peneira. A gente vê que há esforço do Governador Rodrigo Rollemberg em tentar mudar essa história. Desde as enchentes ocasionadas em Brasília, o Governador estava lá presente, colocou a Defesa Civil e as secretarias envolvidas. Então, a gente vê que há boa vontade.

O Deputado Chico Vigilante falou no início: "é mentira, foi provado que não havia déficit". Isso é que é mentira. Realmente tinha o déficit – sim, sim – nesse governo. Mais de 6 bilhões, tanto é que existem empresas que ainda não receberam porque não há dinheiro suficiente. Então, ficar aqui falando é muito fácil, o problema é vivenciar isso no dia a dia. Na verdade, por algumas ações, a gente tinha era que dar parabéns ao Governador Rodrigo Rollemberg, que, mediante tantos problemas que herdou da gestão passada, está conseguindo ainda fazer milagres em Brasília.

Eu não acredito que há um descrédito, pelo contrário. O Governador ainda não acertou na sua totalidade, mas está se esforçando, Deputado Roosevelt Vilela, para fazer o melhor.

A questão das creches, em nenhum momento a gente atribuiu ao Governo do Distrito Federal, no caso, ao Governador Rodrigo Rollemberg. A gente sabe que houve um esforço do antigo governador, mas muitas ele não conseguiu entregar, essa é a realidade. Se elas tivessem sido entregues, não estaríamos falando hoje. Estavam lá paradas por falta de dinheiro, por falta de estrutura, e o Governador Rollemberg assumiu. Outros governos, quando assumem de outro governador, Deputado Raimundo Ribeiro, param, não querem continuar com aquela obra. O Governador Rollemberg fez questão de continuar, de terminar e inaugurar. Sabemos que houve contribuição. Então, a gente tem que começar a olhar para a frente.

Se olharmos essa questão da dengue do jeito que o Deputado Chico Vigilante falou, parece que o único estado ou o único distrito que tem problema de dengue é Brasília, só Brasília tem. E os outros estados? Onde está o Governo Federal? Ontem a Presidente Dilma Rousseff convocou todos os seus ministros justamente para poder ver quais ações vão tomar, porque na verdade é no Brasil todo. O Governo Federal também tem a sua culpabilidade. Parece que só o Governo do Distrito Federal é culpado pela dengue estar instaurada em Brasília, mas isso não é uma verdade. O Governo Federal também deixou de ajudar os estados, que estão preocupados. Temos que ter essa noção. Chega de só falar, falar, falar. Parece que o Governo do PT é o governo mais lindo que a gente tem, e não é uma realidade.

Esses dias alguém falou: não tem nenhuma pessoa mais honesta do que eu. Antes de tacar a pedra no teto dos outros, temos que olhar para o nosso teto. Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

quero deixar essa reflexão. Eu digo a todos vocês que realmente o governo precisa mudar. Não estamos aqui reconhecendo que somos o melhor, que estamos fazendo tudo isso, mas uma coisa eu posso dizer: há o esforço, há a vontade.

Algumas peças no governo têm sido trocadas. Umas, porque não se adequaram, ou tiveram problemas, ou por outros motivos. Mas, podem ter certeza, nós que estamos próximos do governo sabemos que ele tem vontade de acertar, porque quer que Brasília saia dessa situação. Eu digo a vocês que antigamente eram 6 bilhões de déficit, já não são mais 6 bilhões. Este ano são 3,5. No ano que vem, vai cair para menos, e vai chegar um momento em que realmente vamos olhar para trás e ver que aquilo ali foi só um obstáculo para que pudéssemos chegar muito mais longe.

Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro, que está presidindo. Deputado Cristiano Araújo, vamos nos atentar a tudo que V.Exa. falou, vamos falar com o Secretário de Saúde. Isso aí é muito grave, se realmente havia o dinheiro e não foi utilizado. Vamos pegar essas situações e correr atrás, vamos cobrar a responsabilidade. Aí sim, eu acho que esse é o nosso papel, V.Exa. está de acordo. Mas temos de parar de olhar para trás. A gente só olha para trás, vamos olhar para a frente, ver os problemas atuais e corrigir. Se formos pegar os problemas do passado, teremos que voltar muito mais atrás, porque lá também há muitos problemas.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Esta Presidência informa que, em virtude de obras realizadas ao lado do plenário, não serão disponibilizadas as notas taquigráficas da sessão ordinária de hoje.

Eu gostaria de dizer, principalmente aos três Parlamentares que ficaram até o final, que não estou gostando dessa experiência de presidir, não, sabem por quê? Porque a gente fica aqui até o final só ouvindo, ouvindo, e tem que se reservar para falar no final.

Eu gostaria de dizer que realmente lá no início, o governo decretou emergência na área de saúde. Hoje fiz um apelo para que se tome providência com relação à segurança pública. Evidentemente o governo trouxe dados na mensagem que foi lida, mas é importante que a gente realce, ratifique o nosso propósito, Deputado Roosevelt, que tem atuado tão bem na interligação com o governo, e Deputado Julio Cesar, Líder do Governo. Os fatos são maiores do que qualquer número. Esse homicídio que aconteceu hoje no Guará se reveste de algo muito emblemático.

Então, eu diria que não há mais tempo, Deputado Roosevelt, Deputado Julio Cesar. Não há mais tempo para que o governo pense. É necessário que aja! Acho que ele poderia, até mesmo em cima desse episódio, chamar todas as forças envolvidas na segurança e dar um prazo, estabelecer um prazo de horas – não prazo de dias ou de anos, mas de horas – para que as pessoas da área de segurança



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 02 2016	15h30min	1ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

apresentem propostas. Não me venham com argumentos. Aconselho também o Governador a não aceitar este argumento de que falta pessoal, de que falta dinheiro, de que falta isso, de que falta aquilo. Se dinheiro fosse solução para todos os problemas, rico não tinha problema, e rico tem mais problemas do que a gente.

Portanto, acho que esse episódio que aconteceu no Guará tem que servir, no mínimo, para que o Governador convoque um gabinete de crise na área de segurança – para que amanhã, a gente não repita pronunciamentos como este. Esse gabinete, inclusive, está previsto nos regimentos das casas. Com base nisso, que realmente a gente anuncie imediatamente a implementação de medidas que possam melhorar a segurança pública. Nós não podemos nos conformar com números. Mais do que isso, temos que impedir a ação do bandido. Digo, apesar de não ser da área, que a polícia na rua é capaz de impedir essa ação. É o único meio capaz de inibir a atuação do bandido, que não coexiste com a polícia. Quando ele vê a polícia, ele vai procurar outro lugar.

Então, eu gostaria de pedir, com muita humildade, aos Deputados que têm a missão de fazer essa ligação com o governo que levem essa sugestão ao Governador para que ele realmente tome uma providência imediatamente, sem esperar o carnaval passar ou o amanhã chegar. A sociedade hoje está quase em estado de histeria.

Dito isso, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h48min.)